



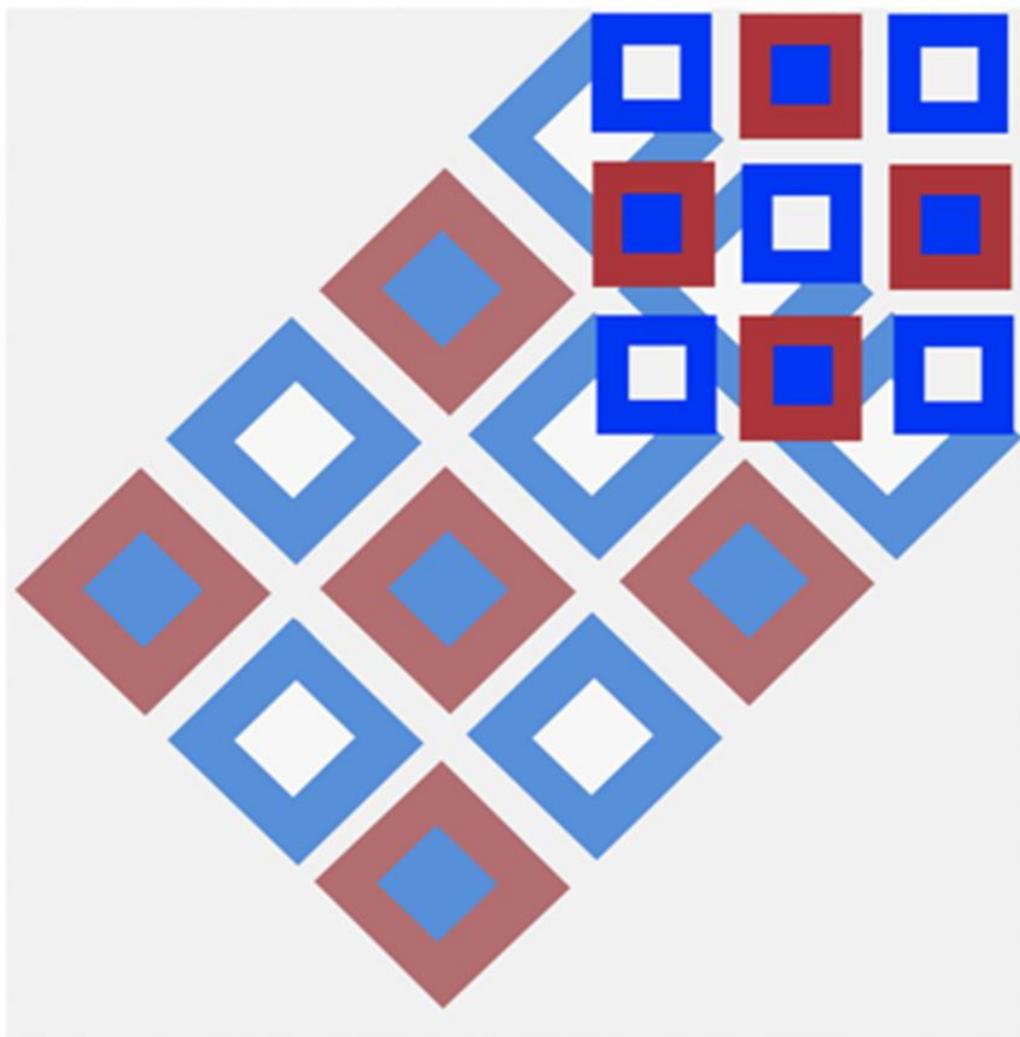
GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE
E DA SEGURANÇA SOCIAL

CARTA SOCIAL

*REDE DE SERVIÇOS
E EQUIPAMENTOS*

RELATÓRIO 2010



S.  R.

Gabinete de Estratégia e Planeamento

© Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP),
Ministério da Solidariedade e da Segurança Social (MSSS)

CARTA SOCIAL – REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS 2010

Coordenação do GEP / MSSS

E-mail: cartasocial@gep.msss.gov.pt

Página: www.cartasocial.pt ; www.gep.msss.gov.pt

Coordenação Editorial e de Distribuição:

Centro de Informação e Documentação GEP – CID

Praça de Londres, 2, 2.º

1049-056 Lisboa

Tel.: (+351) 218 441 100

Fax: (+351) 218 406 171

E-mail: gep.cid@gep.msss.gov.pt

Página: www.cartasocial.pt ; www.gep.msss.gov.pt

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor por GEP / MSSS

Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP)

Rua Castilho, 24, 7.º, 1250-069 Lisboa

Tel.: (+351) 211 155 000

Fax: (+351) 211 155 150

Página: www.gep.msss.gov.pt

Equipa de Estudos e Políticas de Segurança Social

Coordenador do Trabalho: João Gonçalves

Equipa Técnica: Irene Miralto e Carina Metelo

Apoio Informático: Ana Gil

Colaboração: ISS, IP – Instituto da Segurança Social, IP (MSSS)
SCML – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (MSSS)
CPL – Casa Pia de Lisboa (MSSS)

ÍNDICE

1. Nota introdutória.....	3
2. Caracterização geral da Rede de Serviços e Equipamentos.....	4
2.1 - Entidades Proprietárias.....	4
2.2 – Equipamentos Sociais.....	5
2.3 – Respostas Sociais.....	8
3. Respostas sociais por população-alvo.....	10
3.1 – Crianças e Jovens.....	10
3.2 – Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência.....	15
3.3 – Pessoas Idosas.....	17
3.4 – Família e Comunidade.....	21
3.5 – Pessoas Toxicodependentes.....	23
3.6 – Pessoas Infectadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias.....	24
3.7 – Outra população-alvo.....	26
4. Despesas de investimento e de funcionamento em serviços e equipamentos sociais: o esforço público.....	29
4.1 – Investimentos.....	29
4.2 – Despesas de funcionamento.....	30
4.3 – Despesas com investimento e funcionamento da Rede de Serviços e Equipamentos.....	32
Anexos.....	33
Nomenclaturas e Conceitos.....	34

1. Nota introdutória ¹

Há mais de uma década que a Carta Social vem desempenhando um papel relevante no apoio ao planeamento e preparação da tomada de decisão relativamente à Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES), tutelada pelo Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, afirmando-se também como instrumento fundamental na linha da informação ao cidadão.

À semelhança dos últimos anos, a actualização da Carta Social 2010 processou-se maioritariamente de forma electrónica, uma vez que é dada a possibilidade das instituições com endereço electrónico efectuarem a actualização da sua informação via *Internet*, modelo que tem permitido a desburocratização e redução dos procedimentos administrativos e os encargos daí associados.

A actualização da informação do relatório que aqui se apresenta tem por referência a situação em 31 de Dezembro de 2010 e assenta na recolha electrónica e administrativa - nas situações em que as instituições não dispuseram de condições para realizar a actualização electronicamente.

Este relatório procura analisar o comportamento evolutivo das principais variáveis que espelham a dinâmica recente da RSES, não se constituindo como um instrumento de divulgação estatística nem de análise qualitativa.

Com o objectivo de facilitar o acesso à informação, o portal da Carta Social, disponível em www.cartasocial.pt reúne os principais elementos de caracterização da RSES, objecto de actualização anual e permanente, designadamente ao nível das respostas sociais disseminadas pelo território continental, numa tentativa de melhorar a qualidade do serviço prestado ao cidadão.

¹ No desenvolvimento deste Relatório, são utilizados indiscriminadamente os termos “valência” e “resposta social”.

2. Caracterização geral da Rede de Serviços e Equipamentos

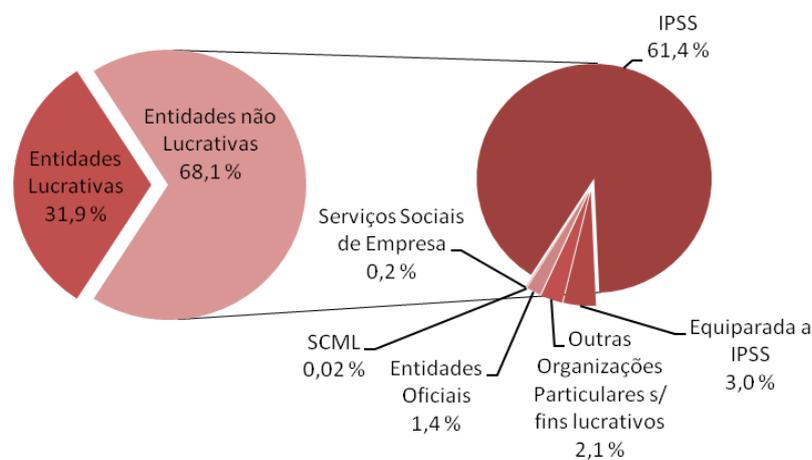
2.1 - Entidades Proprietárias

Considera-se Entidade Proprietária, no contexto da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES), qualquer entidade, individual ou colectiva, a quem pertence (dono) um ou mais equipamentos (instalações) onde se desenvolvem respostas sociais.

Entidades lucrativas e não lucrativas – situação em 2010

No âmbito do relatório da Carta Social, as entidades proprietárias ou gestoras são agrupadas segundo a natureza jurídica em entidades lucrativas e entidades não lucrativas. As entidades não lucrativas compreendem as Instituições Particulares de Solidariedade Social, designadas por IPSS, outras entidades sem fins lucrativos (entidades equiparadas a IPSS e outras organizações particulares sem fins lucrativos), as Entidades Oficiais, que prosseguem fins de acção social, os Serviços Sociais de Empresas e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML).

*Distribuição das entidades proprietárias, segundo a natureza jurídica
Continente – 2010*

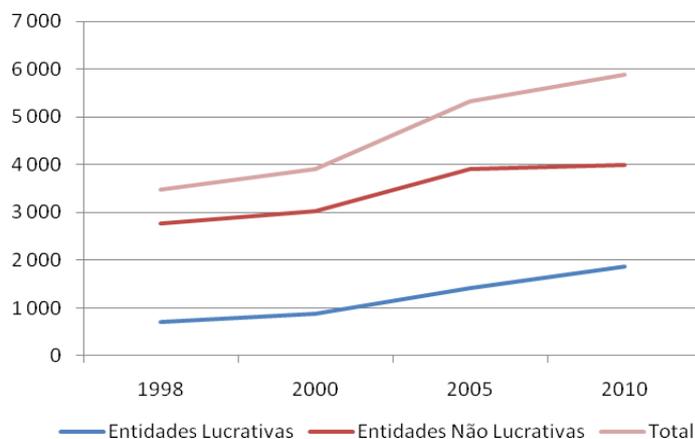


Em Portugal Continental, por referência a 31 de Dezembro de 2010, identificaram-se mais de 5 800 entidades proprietárias de equipamentos sociais. Do total de entidades proprietárias, cerca de 70 % enquadram-se no sector não lucrativo, dos quais 61,4 % é constituído por Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Entidades lucrativas e não lucrativas, evolução 1998-2010

O desenvolvimento do número de entidades proprietárias de equipamentos sociais tem sido progressivo, apresentando um aumento global de 69,2 % no período 1998-2010, sendo ainda de registar a tendência de crescimento das entidades lucrativas observada na última década, enquanto as entidades não lucrativas mantêm uma evolução estabilizada.

Evolução do número de entidades proprietárias, segundo a natureza jurídica Continente 1998-2010

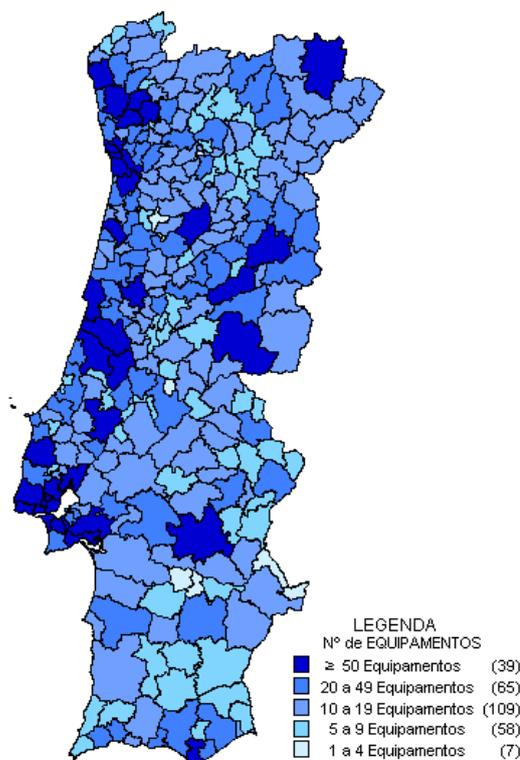


2.2 – Equipamentos Sociais

Considera-se equipamento social, no âmbito do relatório da Carta Social, toda a estrutura física onde se desenvolvem as diferentes respostas sociais ou estão instalados os serviços de enquadramento a determinadas respostas que se desenvolvem directamente junto dos utentes.

Da análise à distribuição espacial dos equipamentos no território continental é de salientar que todos os concelhos do Continente estão cobertos por equipamentos sociais, sendo que a maioria dos municípios (213) possui 10 ou mais equipamentos em funcionamento.

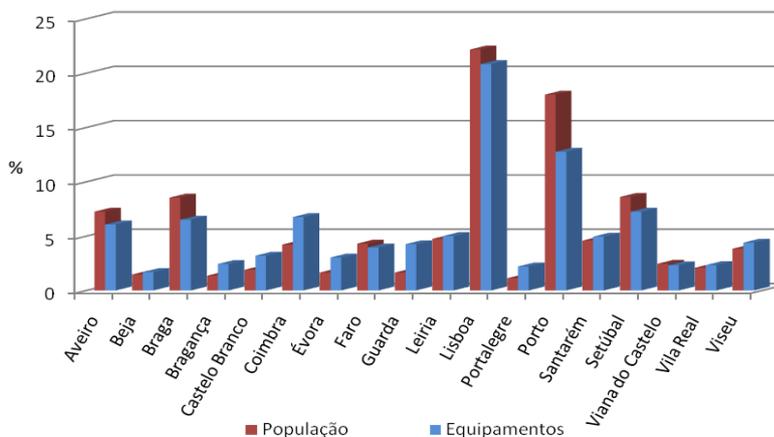
Distribuição espacial dos equipamentos sociais, por concelho Ano de 2010



Em 2010, o equilíbrio na distribuição percentual dos equipamentos sociais e da população residente, mantém-se sem grandes alterações na maioria dos distritos.

Aveiro, Braga, Coimbra, Guarda, Lisboa, Porto e Setúbal são os distritos que apresentam uma diferença mais notória entre os equipamentos e a população residente.

*Distribuição percentual dos equipamentos sociais e da população residente por distrito
Continente – 2010*

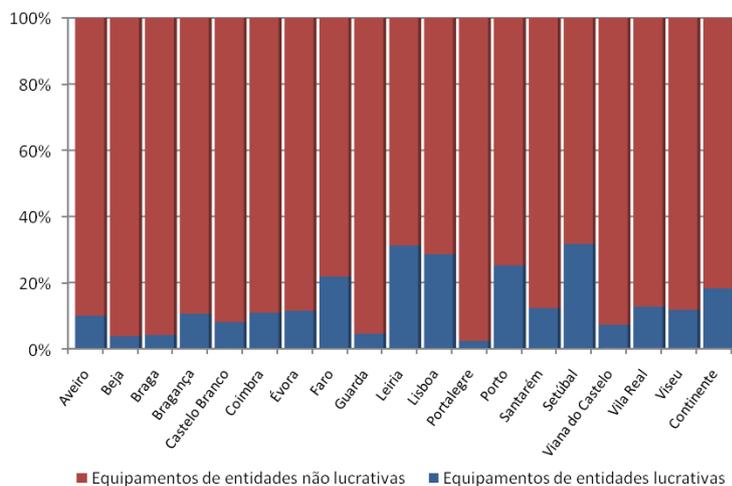


Equipamentos de entidades lucrativas e não lucrativas – situação em 2010

Na análise à natureza jurídica das entidades proprietárias dos equipamentos, verifica-se que 81,7 % do universo em 2010 é constituído por equipamentos não lucrativos, contra 18,3 % que representam os equipamentos lucrativos.

Os distritos de Setúbal (31,7 %), Leiria (31,2 %), Lisboa (28,5 %) e Porto (25,2 %) são os que apresentam uma maior oferta de equipamentos lucrativos, comparativamente a Portalegre (2,3 %) e Beja (3,8 %) que manifestam uma implantação reduzida deste tipo de equipamentos.

*Equipamentos sociais segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, por distrito
Continente – 2010*

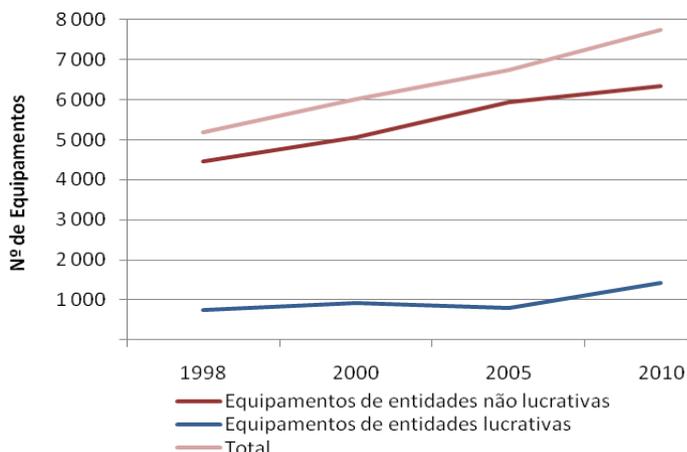


Equipamentos de entidades lucrativas e não lucrativas, evolução 1998-2010

Ao longo do período de análise da Carta Social o número de equipamentos sociais tem apresentado um crescimento expressivo (49 %), contabilizando-se em 2010 mais de 7 700 equipamentos em funcionamento.

Os equipamentos da rede solidária (entidades não lucrativas) continuam a ser o pilar estruturante da RSES, representando 81,7 % do universo de equipamentos, embora se evidencie um crescimento do número de equipamentos da rede lucrativa nos últimos anos.

Evolução do número de equipamentos instalados, segundo a natureza jurídica Continente 1998-2010



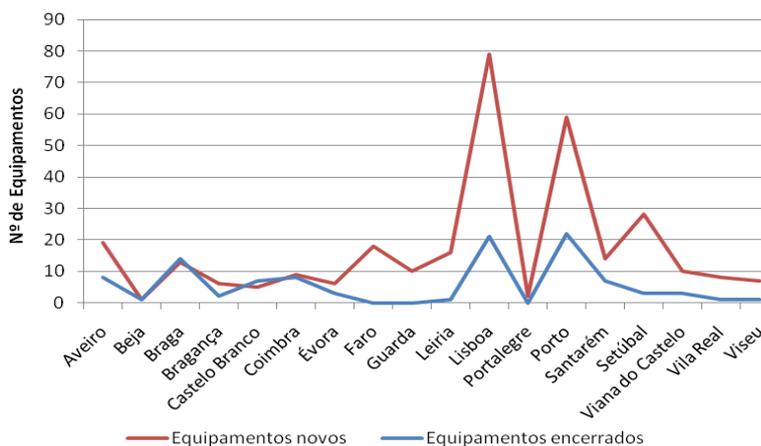
Em média, por cada cinco equipamentos de entidades não lucrativas (rede solidária e rede pública), corresponde um de entidades lucrativas, proporção que denota uma ligeira diminuição nos últimos anos.

Equipamentos novos e encerrados por distrito em 2010

A diferença entre equipamentos novos e encerrados apresenta na quase totalidade dos distritos, um saldo positivo, à exceção de Braga e Castelo Branco.

Os distritos de Lisboa e Porto continuam a exhibir a maior dinâmica de criação de novos equipamentos, na linha dos anos anteriores.

Equipamentos novos e encerrados por distrito Continente – 2010



2.3 – Respostas Sociais

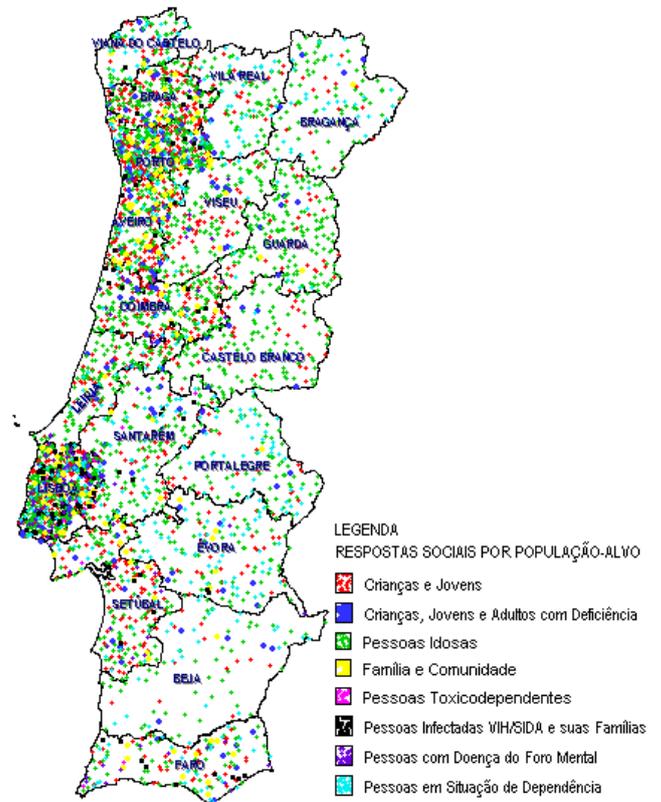
Distribuição espacial das respostas sociais por população-alvo – situação em 2010

A implantação das respostas sociais pelo Continente tem seguido o padrão de distribuição populacional, privilegiando os territórios de maior densidade populacional.

A faixa litoral que se estende desde a área metropolitana do Porto até à área metropolitana de Lisboa e, ainda, a península de Setúbal, constituem as áreas de maior concentração de respostas.

Ao nível da tipologia das respostas sociais observam-se diferenças quanto à sua distribuição espacial, à semelhança dos anos anteriores. Enquanto os núcleos urbanos concentram as respostas dirigidas às Crianças e Jovens, as respostas para a População Idosa assumem um padrão de distribuição mais disperso.

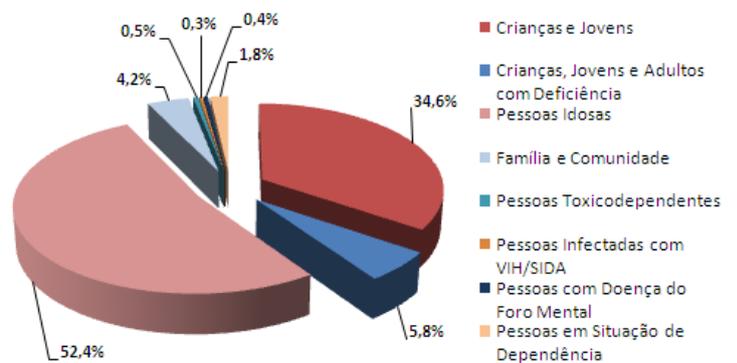
Distribuição espacial das respostas sociais por população-alvo Continente – 2010



Respostas sociais por população-alvo – situação em 2010

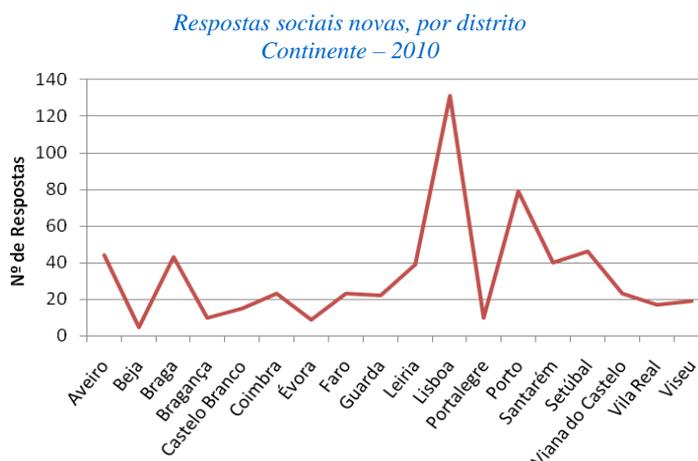
A preponderância das respostas sociais dirigidas ao grupo das Pessoas Idosas (52,4 %) mantém-se no ano de 2010, face às que se destinam ao grupo das Crianças e Jovens (34,6 %) e das Crianças, Jovens e Adultos com Deficiência (5,8 %), populações-alvo que em conjunto concentram mais de 90 % das respostas que compõem a RSES.

Distribuição das respostas sociais por população-alvo Continente – 2010



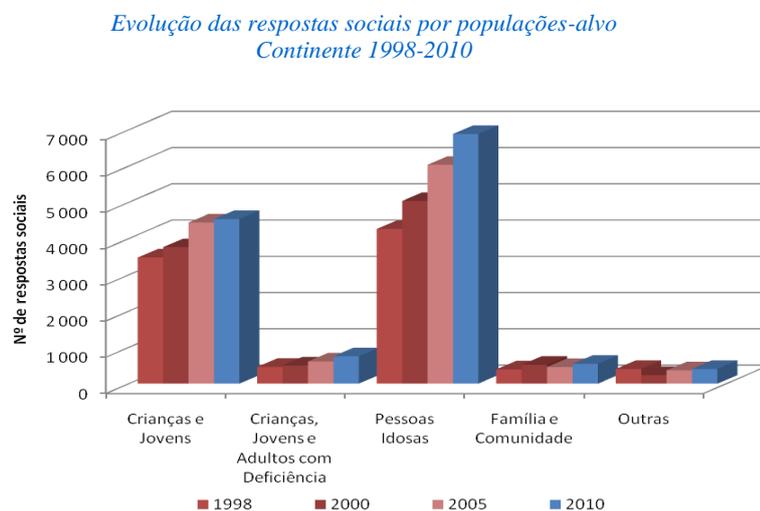
Respostas sociais novas por distrito em 2010

O ano de 2010, por comparação ao ano anterior, regista cerca de 600 novas respostas, destacando-se a dinâmica dos distritos de Lisboa, Porto, Setúbal e Aveiro, que em conjunto contabilizam 50 % das novas valências.



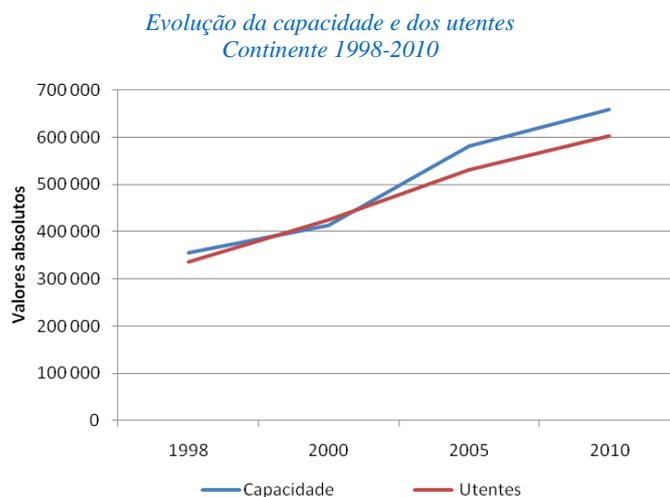
Respostas sociais por população-alvo – evolução 1998-2010

Em linha com a tendência de crescimento dos últimos anos, 2010 apresenta um aumento no número total de respostas sociais em todos os grupos-alvo, o que se reflectiu, por referência a 1998, em cerca de 4 100 novas respostas e a um crescimento de 45,9 %.



Relação entre a capacidade instalada e o número de utentes, evolução 1998-2010

A capacidade instalada e o número de utentes têm conhecido um incremento, à semelhança das respostas sociais, traduzindo-se em 2010 num reforço de mais de 28 200 lugares e 25 700 utentes, por referência ao ano anterior. Este ritmo de crescimento da RSES, iniciado há alguns anos, tem permitido o aumento dos níveis de protecção social das populações, para o qual têm contribuído vários programas de financiamento, nomeadamente o Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES).



3 – Respostas sociais por população-alvo

3.1 – Crianças e Jovens

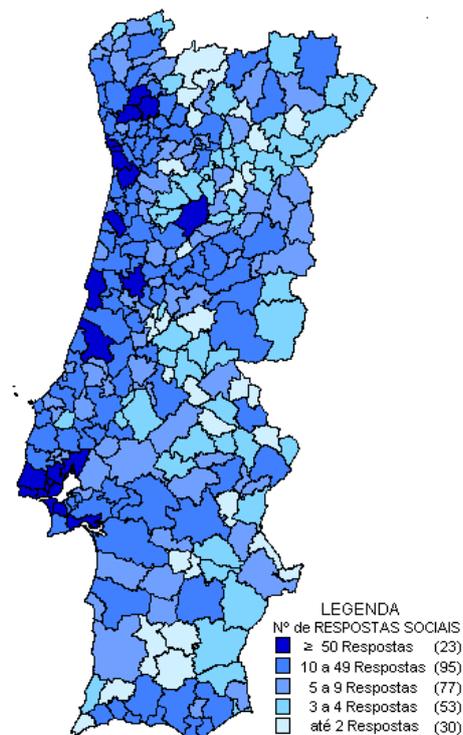
Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2010

A distribuição geográfica das respostas sociais dirigidas às Crianças e Jovens, à excepção da resposta social Ama que tem uma especificidade própria, acompanha a densidade populacional do território continental.

À semelhança dos anos anteriores, todos os municípios encontram-se cobertos por respostas dirigidas a esta população-alvo, contudo as áreas urbanas de Lisboa e Porto e a faixa litoral do norte e centro do país concentram uma grande parte destas respostas sociais.

É de realçar, ainda, que a maioria dos municípios (195) do território nacional tem cinco ou mais respostas.

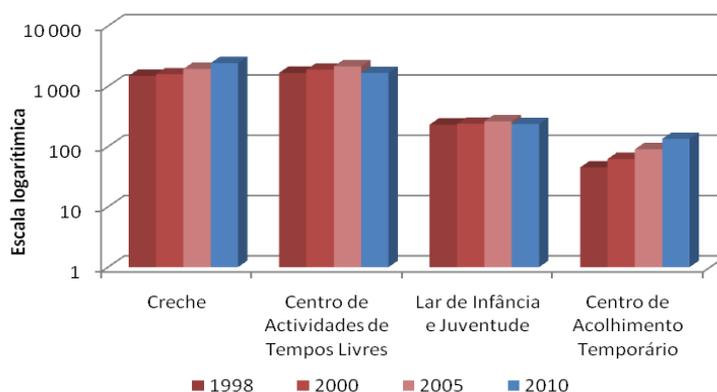
*Distribuição espacial das respostas sociais para as Crianças e Jovens
Ano 2010*



Respostas sociais e capacidades, evolução 1998-2010

As respostas sociais dirigidas às Crianças e Jovens têm revelado um desenvolvimento significativo na última década. No período 1998-2010, o crescimento total foi de 32,4%, o que comprova o investimento na protecção deste grupo-alvo. A resposta de Creche, por referência a 1998, obteve um crescimento de 63,1 %, valência que só em 2010 contabilizou um aumento de 6,4 %, relativamente ao ano anterior.

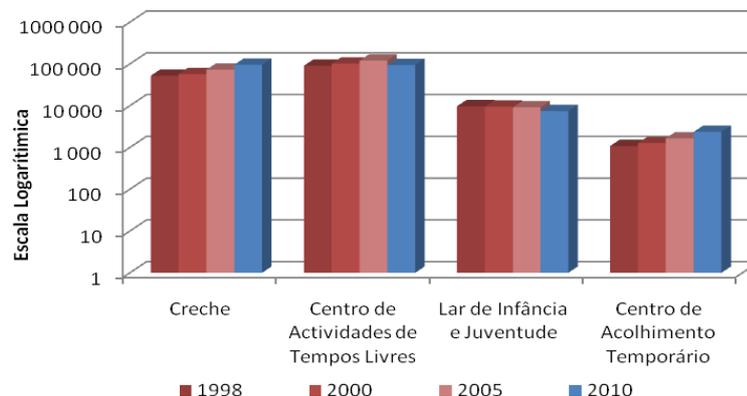
*Evolução das respostas sociais para as Crianças e Jovens
Continente 1998-2010*



Em relação à capacidade instalada é de destacar mais de 7 000 novos lugares que passaram a estar disponíveis em Creche em 2010, que traduzem um crescimento de 7,9 %, por comparação a 2009.

As reestruturações do Centro de Actividades de Tempos Livres e do Lar de Infância e Juventude, explicam a tendência de decréscimo destas respostas.

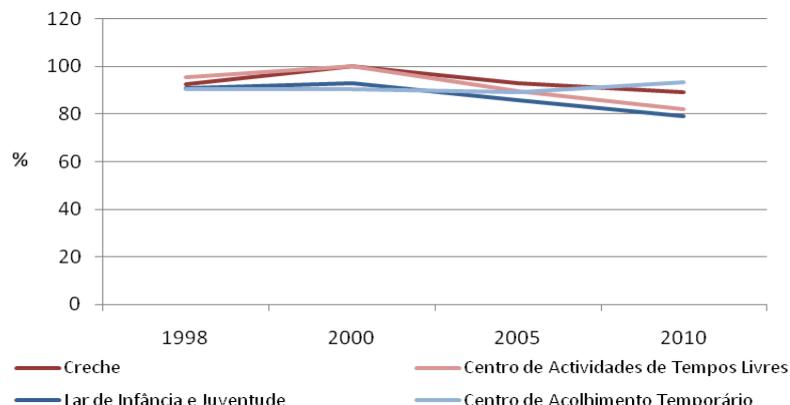
Evolução da capacidade das respostas sociais para as Crianças e Jovens Continente 1998-2010



Taxa de utilização das respostas sociais para Crianças e Jovens, evolução 1998-2010

Ao nível das taxas de utilização das respostas sociais para as Crianças e Jovens, estas têm-se mantido acima dos 80 %, à excepção do Lar de Infância e Juventude, apesar de se registar nos últimos anos uma tendência de decréscimo, em virtude de alterações ao nível da oferta e da procura.

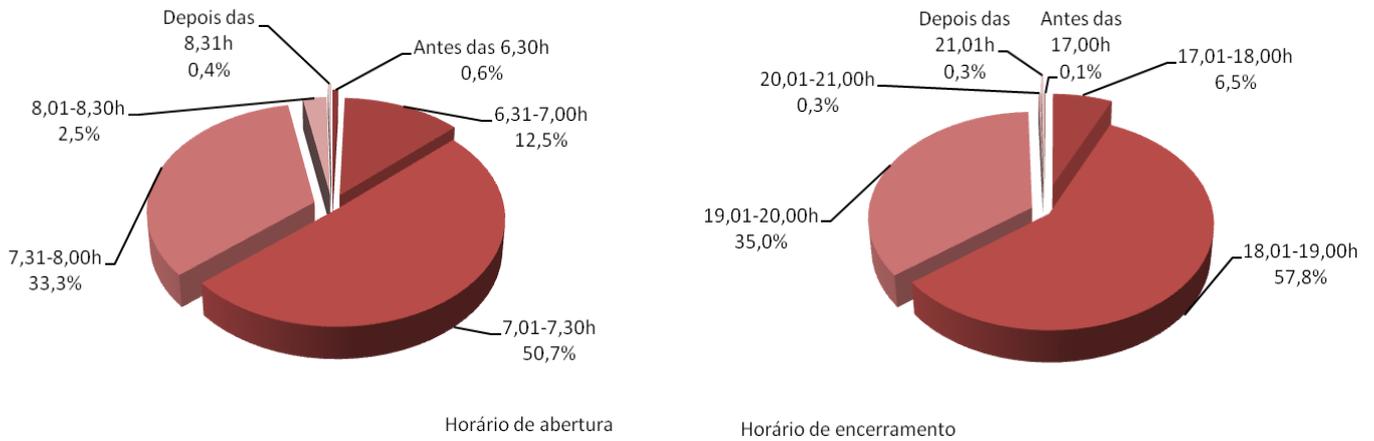
Taxa de utilização das respostas sociais para as Crianças e Jovens Continente 1998-2010



À semelhança do ano anterior, as respostas Centro de Acolhimento Temporário e Creche são as que continuam a apresentar os maiores níveis de utilização, 93,4 % e 89,1 % respectivamente, seguindo-se o Centro de Actividades de Tempos Livres (81,9 %) e o Lar de Infância e Juventude (79,1 %).

Horário de funcionamento das Creches – situação em 2010

Creche – Horário de funcionamento – situação em 2010



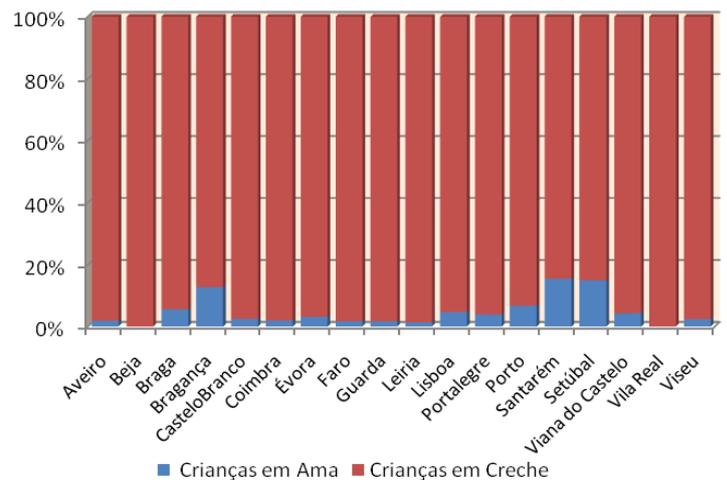
No que respeita ao horário de funcionamento das Creches, a hora de abertura continua a verificar-se maioritariamente entre as 07:00 e as 08:00 horas (84 %) e o encerramento entre as 18:00 e as 19:00 horas (57,8 %).

Seguindo a tendência dos últimos anos, as instituições têm procurado apostar em horários mais alargados. Deste modo, 13,1 % das Creches já começam a funcionar antes das 07.00 horas da manhã e 35,6 % encerram depois das 19.00 horas.

A resposta social Ama

A resposta social Ama, enquadrada nos Centros Distritais do Instituto de Segurança Social, IP, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ou de Instituições Particulares de Solidariedade Social, desenvolve-se através de um serviço prestado por pessoa idónea que apoia as famílias através do acolhimento das crianças durante um período de tempo correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais.

Peso relativo das respostas sociais para a Primeira Infância (Creche e Ama), segundo o número de crianças acolhidas, por distrito – Situação em 2010

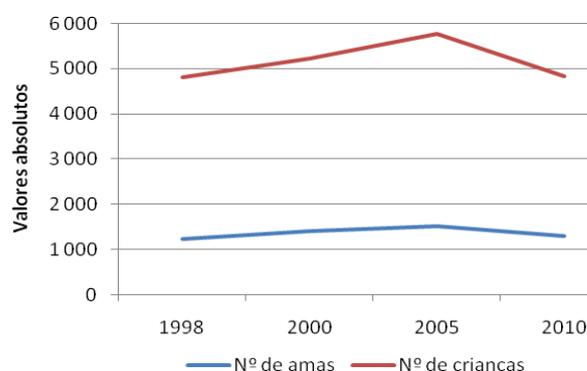


Com especificidades próprias, as Amas diferenciam-se das restantes respostas sociais de apoio à primeira infância, traduzindo-se numa implantação diferenciada no território nacional. Os distritos de Santarém (15,4 %), Setúbal (14,9 %) e Bragança (12,7 %), apresentam as percentagens mais elevadas de crianças em acolhimento em Ama, apesar do seu peso ter vindo a diminuir nos últimos anos. Os distritos de Beja e Vila Real não apresentam crianças acolhidas em 2010.

Número de amas e crianças acolhidas, evolução 1998-2010

O número de amas e de crianças acolhidas tem registado desde 2005 um decréscimo, em virtude, possivelmente, do aumento da oferta do número de lugares em Creche. No ano 2010, cada Ama acolheu em média 3,7 crianças, valor que não tem sofrido grandes variações desde o início da análise, e que se enquadra dentro dos parâmetros definidos na lei (máximo de quatro crianças).

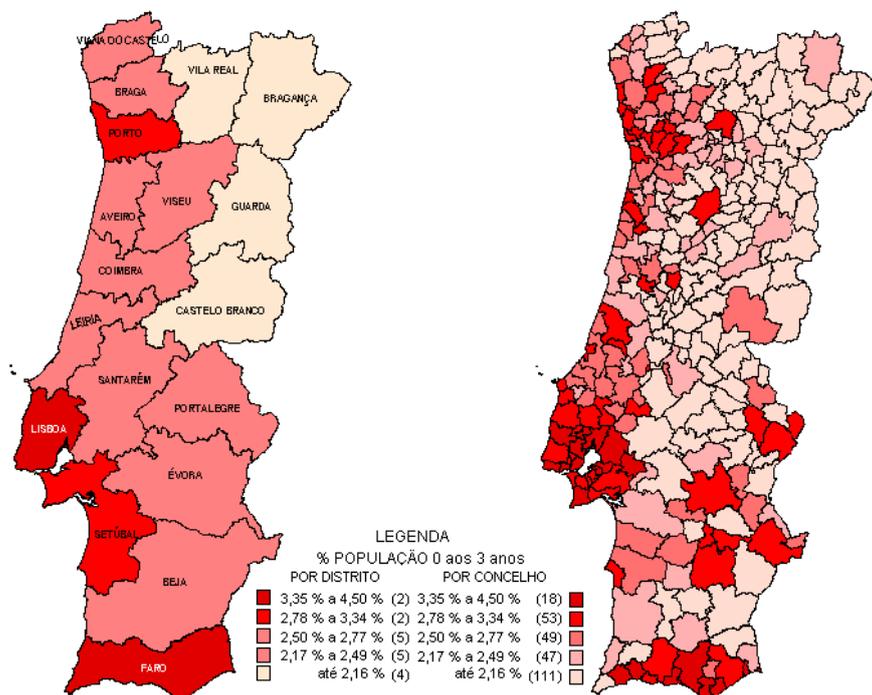
Evolução do número de amas e de crianças acolhidas Continente 1998-2010



Proporção da oferta de serviços e equipamentos para a Primeira Infância, relativamente à população residente de idade até 3 anos

A análise da relação entre a população dos zero aos três anos e a população total do Continente em 2010, vem confirmar que as áreas urbanas dispostas ao longo da faixa litoral do território nacional concentram as maiores percentagens de população jovem, por oposição aos distritos do interior que exibem as

Relação entre a população dos 0 aos 3 anos e a população total, por distrito e concelho Ano de 2010



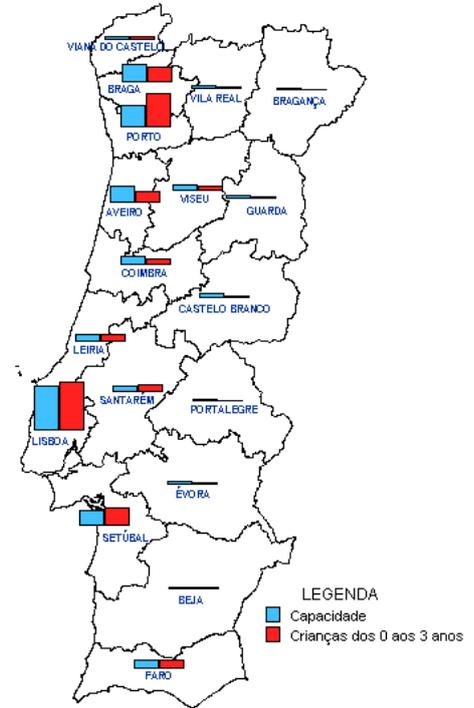
Fonte: INE, Estimativa da População Residente para 2010

menores percentagens de crianças.

Ao relacionar-se a oferta de respostas para a Primeira Infância (Creche e Ama) e a população até aos 3 anos de idade, a relação é positiva na maioria dos distritos do território.

Tal como os mapas anteriores o demonstram, os distritos de Lisboa, Porto e Setúbal, apesar do aumento de capacidade que têm registado, observa-se, ainda, um peso menor da oferta em relação à população-alvo, devido fundamentalmente ao facto destas zonas do país apresentarem os valores mais elevados de crianças até aos 3 anos.

Distribuição percentual da oferta (Creche e Ama) e da população-alvo (< 3 anos), por distrito Ano 2010



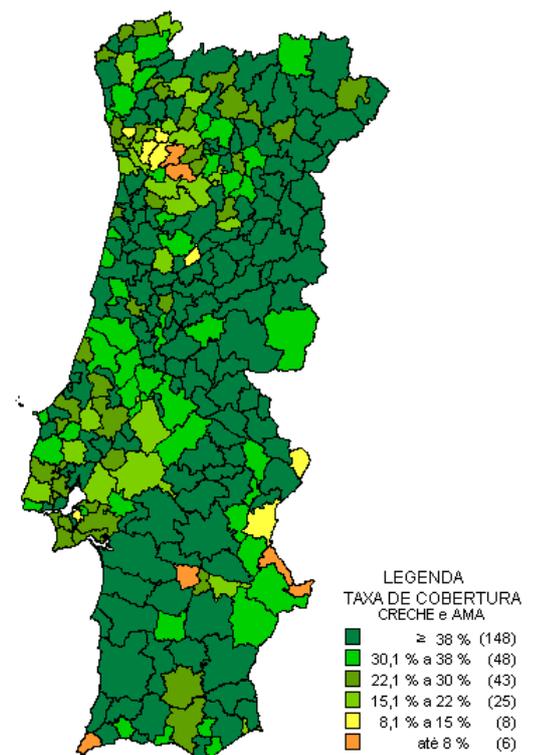
Fonte: INE, *Estimativa da População Residente para 2010*

Taxa de cobertura – situação em 2010

A taxa de cobertura das respostas dirigidas à Primeira Infância obteve no ano de 2010 uma evolução muito positiva, à semelhança dos resultados do desenvolvimento da rede nos últimos anos. Do total de municípios do território continental, 148 registaram uma taxa igual ou superior a 38 %, sendo a média nacional de 35,1 %.

Por comparação a 2009, verifica-se um crescimento 2,5 % da taxa de cobertura, o que reflecte os progressos realizados no sentido do ajustamento às necessidades das famílias e na concretização das metas definidas pela UE, para os quais têm contribuído os vários programas e linhas de financiamento.

Taxa de cobertura das respostas sociais Creche e Ama, por concelho Ano de 2010



Fonte: INE, *Estimativa da População Residente para 2010*

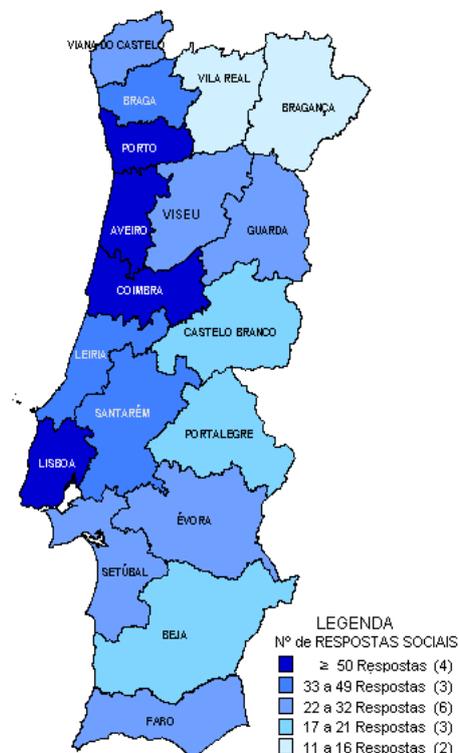
3.2 – Crianças, Jovens e Adultos com deficiência

Distribuição espacial das respostas sociais por distrito – situação em 2010

De acordo com a distribuição espacial das respostas sociais dirigidas às Crianças, Jovens e Adultos com deficiência, as áreas onde se concentram mais respostas são a faixa litoral norte e centro do país, prolongando-se até à península de Setúbal. O interior do país, à semelhança de anos anteriores, continua a apresentar valores menos expressivos de valências dirigidas a esta população-alvo.

É de destacar, que do total de distritos do Continente, 13 registam 22 ou mais respostas para esta população-alvo.

Distribuição espacial das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com deficiência, por distrito Ano de 2010



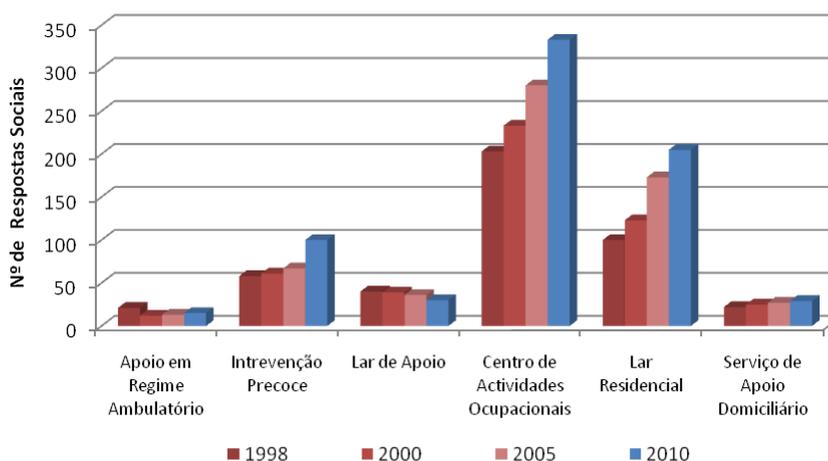
Respostas sociais e capacidades, evolução 1998-2010

Durante o período em análise (1998-2010), as respostas sociais dirigidas às Crianças, Jovens e Adultos com deficiência registaram um aumento significativo de 60,8%.

O Centro de Actividades Ocupacionais (64 %), a Intervenção Precoce (72,4 %) e sobretudo o Lar Residencial

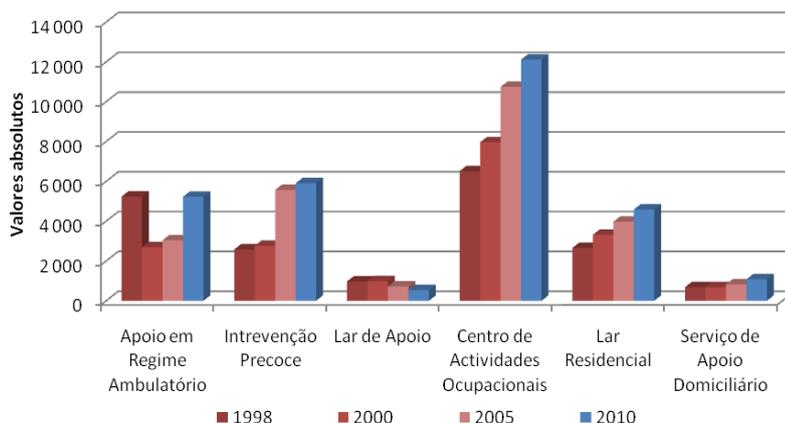
(105 %) são as respostas que registam maior nível de crescimento, assumindo um papel de destaque desde 1998 no âmbito das respostas sociais para este grupo-alvo.

Evolução das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com deficiência Continente 1998-2010



Ao nível da capacidade das respostas dirigidas a esta população-alvo, no ano de 2010, foram criados mais de 1300 novos lugares, contabilizando-se assim mais 11 200 lugares aproximadamente desde 1998, o que traduz um crescimento de 60 % no período 1998-2010.

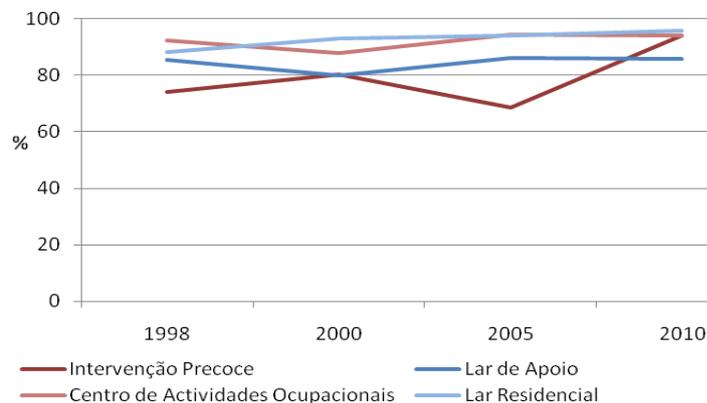
Evolução da capacidade das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com deficiência Continente 1998-2010



Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 1998-2010

No ano de 2010, a taxa de utilização média das principais 4 respostas sociais dirigidas às Crianças, Jovens e Adultos com deficiência foi de 92,5 %, valor que tem vindo a decrescer nos últimos anos, e que pode encontrar explicação no aumento da capacidade das respostas desta área de intervenção.

Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com deficiência Continente 1998-2010

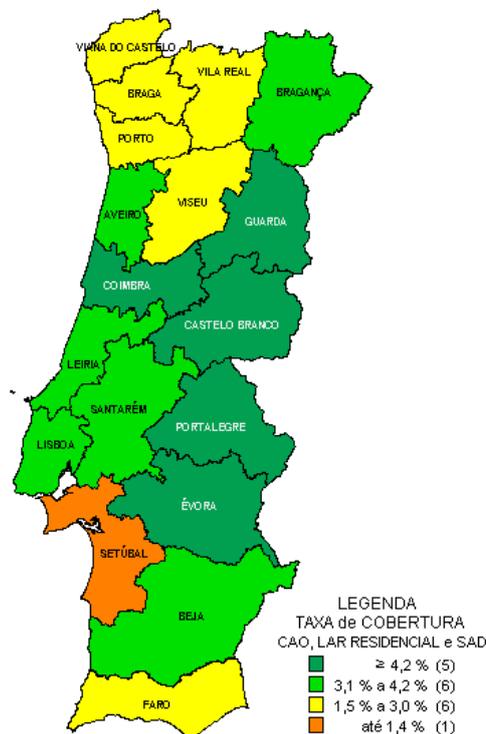


Na análise por resposta, o Lar Residencial (95,7 %), a Intervenção Precoce (94,2 %) e o Centro de Actividades Ocupacionais (94,2 %) são as respostas que apresentam ocupações mais elevadas.

Taxa de cobertura – situação em 2010

A taxa de cobertura das principais respostas dirigidas às Crianças, Jovens e Adultos com deficiência (Centro de Actividades Ocupacionais, Lar Residencial e o Serviço de Apoio Domiciliário para pessoas com deficiência) registou um crescimento relativamente ao ano anterior. Em 2010 a maioria dos distritos apresentava uma cobertura superior à média nacional (3,4 %).

Taxa de cobertura das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com deficiência, por distrito Ano de 2010



Fonte: INE, Estimativa da População Residente para 2010

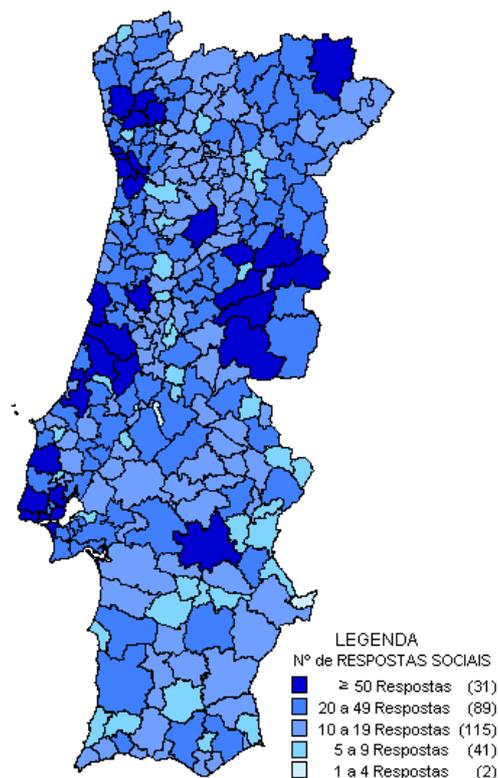
3.3 – Pessoas Idosas

Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2010

A implantação das respostas sociais para a população idosa encontra-se disseminada por todo o território continental, todavia os concelhos com um maior índice de envelhecimento e as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto evidenciam uma maior concentração de valências.

Da totalidade dos concelhos, 235 detêm 10 ou mais respostas para apoio às Pessoas Idosas.

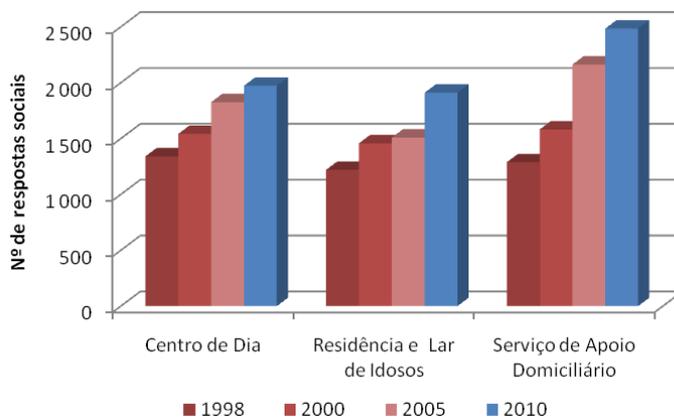
Distribuição espacial das respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho, Ano de 2010



Respostas sociais e capacidades, evolução 1998-2010

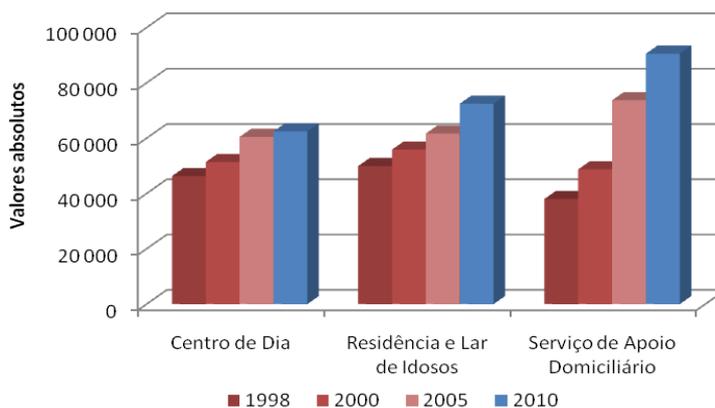
As principais valências dirigidas às Pessoas Idosas registam um aumento exponencial (65,5 % por referência ao início do período de análise), o que se reflecte em mais 2 600 respostas desde 1998. O Centro de Dia (47,1 %), a Residência e Lar de Idosos (56,6 %), e sobretudo o Serviço de Apoio Domiciliário - SAD (92,9 %) apresentam crescimentos significativos, como resultado do forte investimento público que tem sido realizado nesta área, tendo em vista o aumento da capacidade instalada, e, no caso do SAD, a manutenção do idoso no seu meio habitual de vida.

Evolução das respostas sociais para as Pessoas Idosas Continente 1998-2010



As respostas dirigidas a esta população-alvo registam uma taxa de crescimento ao nível da capacidade instalada de 68 %, por referência ao ano base da Carta Social, o que corresponde a mais 91 300 lugares aproximadamente (cerca de 6 700 só no ano de 2010).

Evolução da capacidade das respostas sociais para as Pessoas Idosas Continente 1998-2010



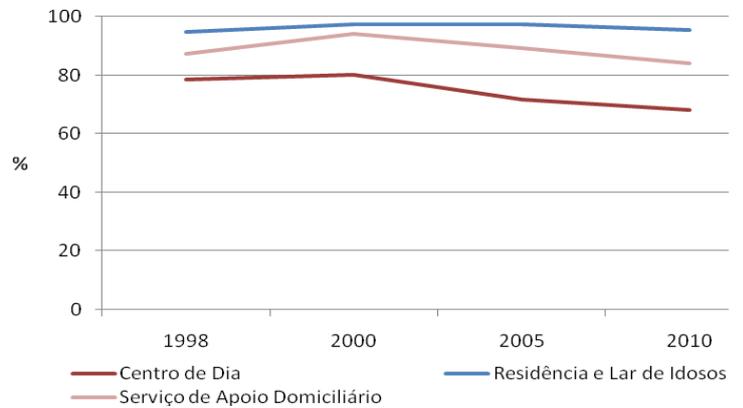
O SAD é a valência que tem apresentado um desenvolvimento mais expressivo ao nível da capacidade instalada no âmbito desta população-alvo (138 % por referência a 1998), o que explica a importância que tem e continuará a ter no futuro a prestação de cuidados no domicílio. As respostas Residência e Lar de Idosos registam um aumento na ordem dos 35 %, ao passo que o Centro de Dia apresenta um crescimento de 45%.

Taxa de utilização das respostas sociais – situação em 2010

A taxa média de utilização do conjunto de respostas sociais em análise situa-se nos 82,5 %, valor que tem decrescido, em função do aumento do número de lugares para esta área.

A Residência e Lar de Idosos e o SAD apresentam as taxas de utilização mais elevadas em 2010, 95,3 % e 83,9 % respectivamente. Com uma utilização mais moderada, a resposta de Centro de Dia tem apresentado ao longo dos anos valores abaixo dos 80 %.

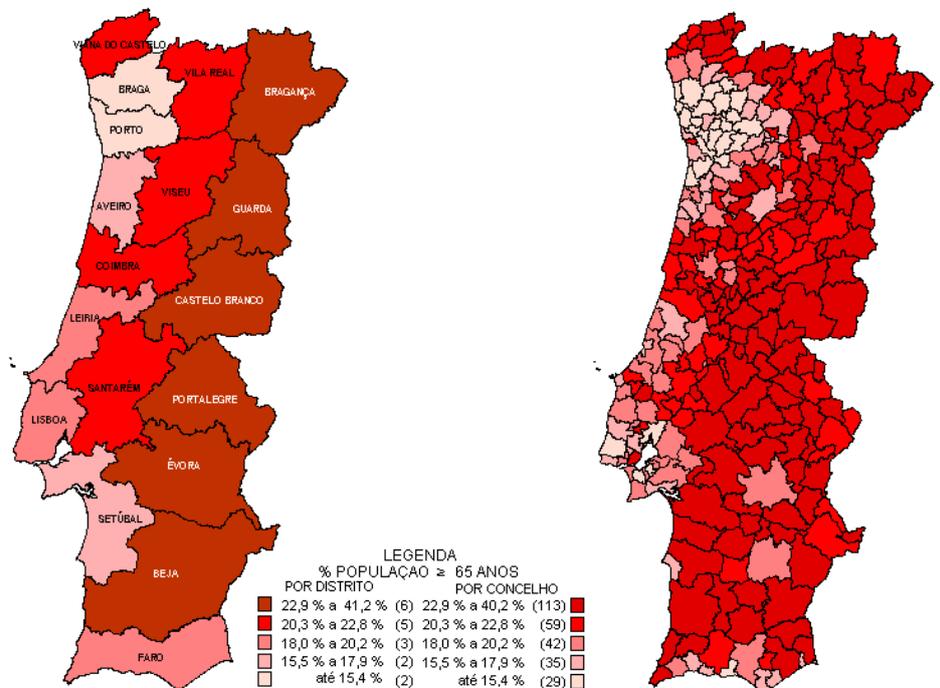
Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente 1998-2010



Proporção da oferta de serviços e equipamentos para as pessoas idosas, relativamente à população idosa residente (≥ 65 anos)

Na análise da relação entre a população idosa e a população total do Continente, torna-se visível o peso que as pessoas com 65 ou mais anos detêm nos distritos/concelhos do interior. Mais jovens, os distritos do litoral, apresentam na sua maioria índices de envelhecimento inferiores à média do Continente (18,4 %).

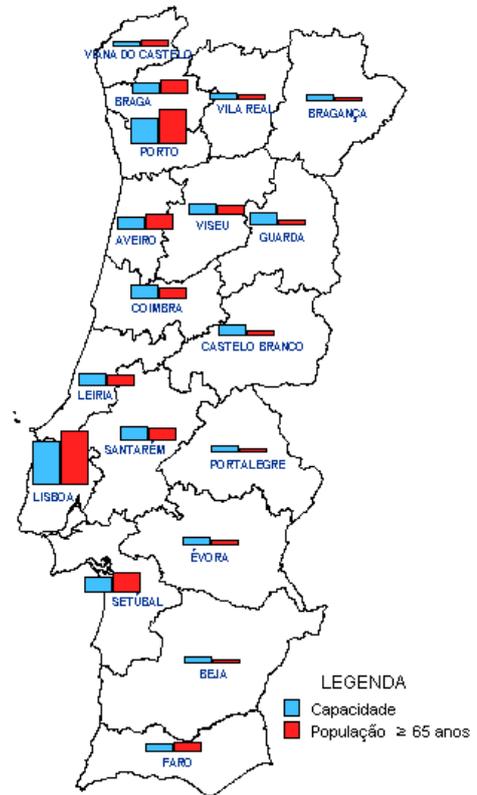
Relação entre a População Idosa (≥ 65 anos) e a População Total, por distrito e por concelho Ano de 2010



Fonte: INE, Estimativas da População Residente 2010

Através do mapa de distribuição espacial verifica-se que na maioria dos distritos existe uma correspondência entre a oferta de serviços e a população em análise. Contudo, à semelhança dos anos anteriores, é de sublinhar uma menor cobertura relativa nos distritos de Braga, Porto, Aveiro, Lisboa e Setúbal.

Distribuição percentual da oferta e da população-alvo (≥65 anos), por distrito, Ano 2010



Fonte: INE, *Estimativas da População Residente 2010*

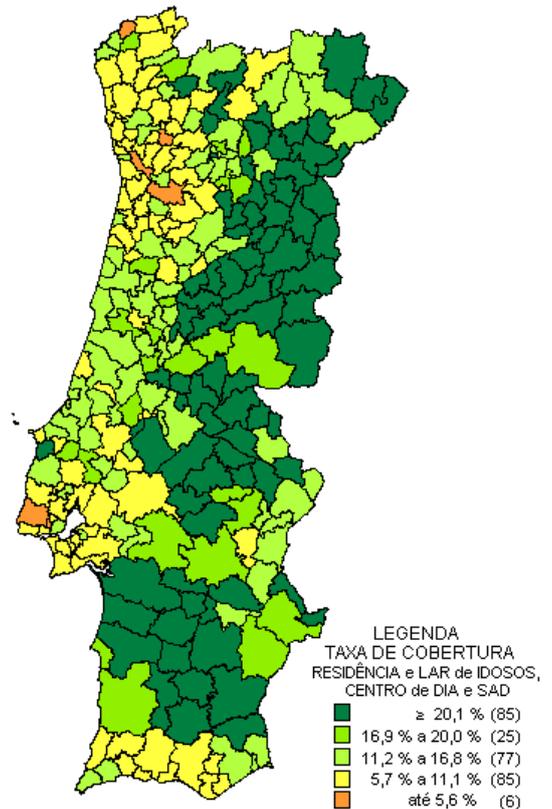
Taxa de cobertura – situação em 2010

A cobertura das respostas sociais para as Pessoas Idosas tem conhecido uma evolução muito positiva nos últimos anos, traduzindo o crescimento de respostas nesta área.

É de sublinhar que no ano de 2010, do total de municípios que compõem o território continental, 62,2 % apresentam taxas de cobertura superiores à taxa de cobertura média nacional (12 %).

Os concelhos do interior do país são aqueles que apresentam níveis de cobertura mais elevados, uma vez que existe uma maior oferta de respostas nas áreas com mais população idosa residente.

Taxa de cobertura das respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho, Ano de 2010



Fonte: INE, *Estimativas da População Residente 2010*

3.4 – Família e Comunidade

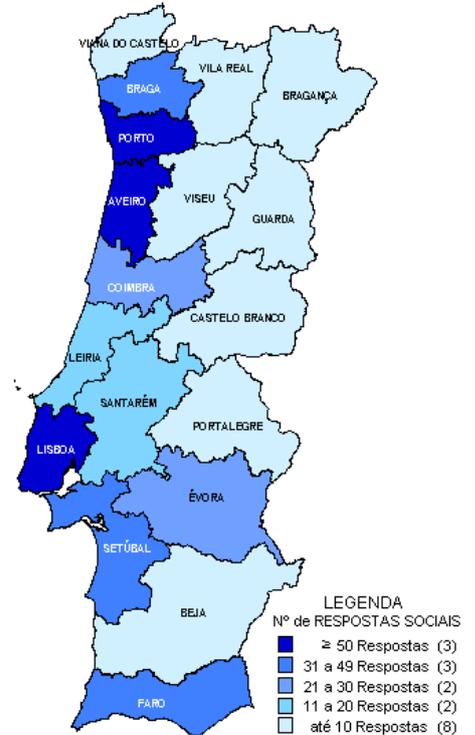
Distribuição espacial das respostas sociais por distrito – situação em 2010

O mapa de distribuição espacial das respostas para a Família e Comunidade revela poucas alterações relativamente ao ano anterior.

Todos os distritos do Continente dispõem de respostas sociais para esta área de intervenção, sendo que 10 distritos têm mais de 10 respostas.

Porto, Aveiro e Lisboa continuam a registar uma maior implantação deste tipo de valências.

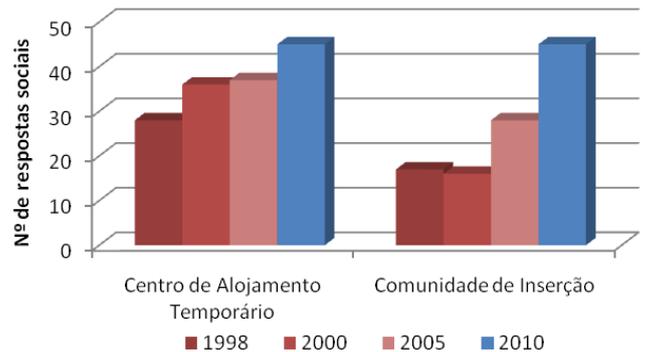
Distribuição espacial das respostas sociais para a Família e Comunidade, por distrito, Ano de 2010



Respostas sociais e capacidades, evolução 1998-2010

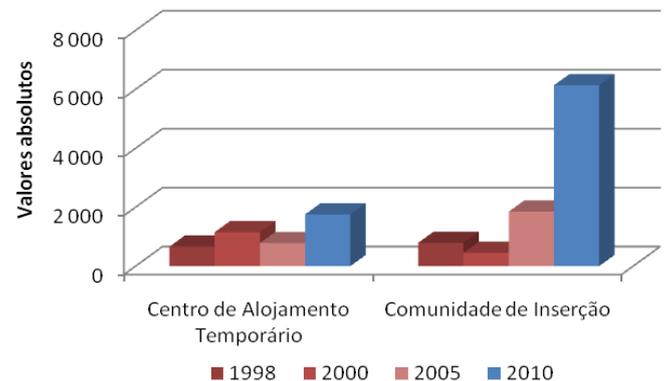
O número de respostas sociais dirigidas a esta população-alvo tem registado um crescimento ao longo do período em análise, com especial enfoque na Comunidade de Inserção.

Evolução das respostas sociais para a Família e Comunidade Continente 1998-2010



Do mesmo modo, a capacidade instalada destas respostas tem evoluído de forma positiva, com destaque uma vez mais para a Comunidade de Inserção.

Evolução da capacidade nas respostas para a Família e Comunidade Continente 1998-2010

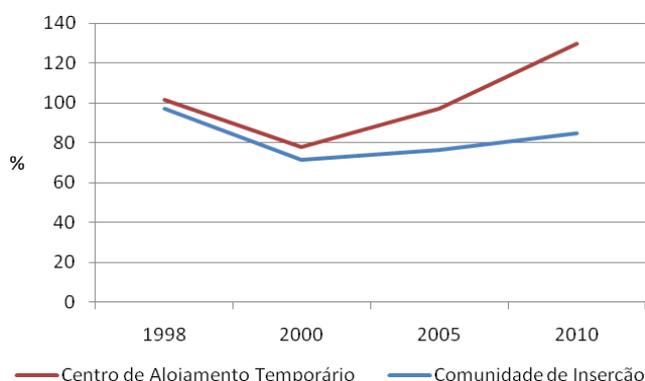


Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 1998-2010

Em 2010, a taxa média de utilização do conjunto das respostas sociais em análise para a Família e Comunidade situa-se em 92,9 %.

Na sequência de anos anteriores, o Centro de Alojamento Temporário é a resposta social que apresenta maior ocupação, sendo o número de utentes superior à capacidade.

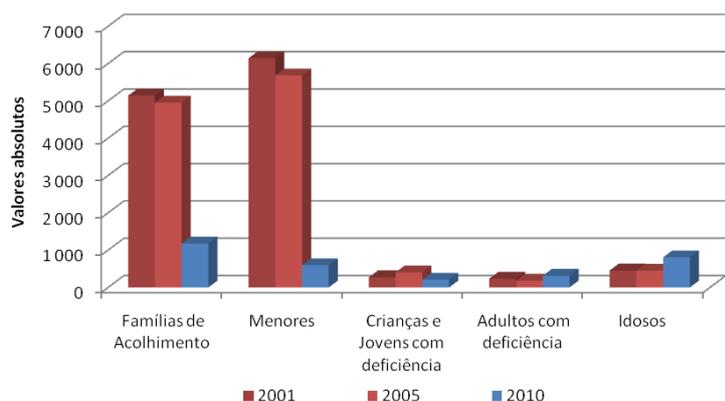
Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para a Família e Comunidade, Continente 1998-2010



A resposta social Acolhimento Familiar

A nova concepção de acolhimento familiar, introduzida pelo Decreto-Lei nº 11/2008, de 17 de Janeiro, define as famílias de acolhimento como “pessoas ou famílias que não tenham qualquer relação de parentesco com a criança ou o jovem e não sejam candidatos a adoção”. Estas modificações vieram alterar o universo das famílias de

Evolução das Famílias de Acolhimento e Pessoas Acolhidas por grupo-alvo Continente 2001 – 2010



acolhimento, circunscrevendo-se apenas às famílias sem relação de parentesco com o adoptante, pelo que desde 2008 se regista uma diminuição do número de famílias e do número de menores acolhidos. No ano de 2010, observa-se porém uma ligeira recuperação, sendo que o crescimento de famílias de acolhimento foi de 47,6 %, por comparação a 2009, e de menores acolhidos de 105,9 %. O número de idosos acolhidos apresenta também um aumento de 34,9 %.

Em 2010, o número médio de pessoas acolhidas por família foi de 1,6.

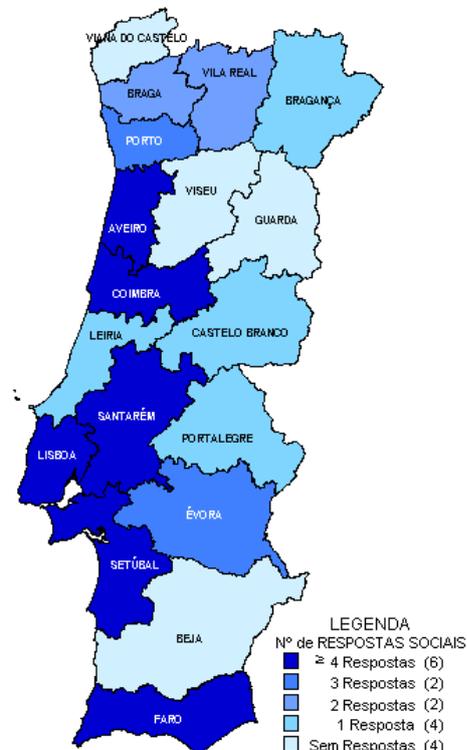
3.5 – Pessoas Toxicodependentes

Distribuição espacial das respostas sociais por distrito – situação em 2010

A distribuição espacial das respostas sociais para o grupo-alvo das Pessoas Toxicodependentes evidencia poucas alterações no ano de 2010, em relação ao ano anterior.

À semelhança de outros anos, todos os distritos do Continente apresentam respostas à excepção de Viana do Castelo, Viseu, Guarda e Beja. A maioria das respostas está concentrada nos distritos de Aveiro, Coimbra, Santarém, Lisboa e Faro.

Distribuição espacial das respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes, por distrito, Ano de 2010

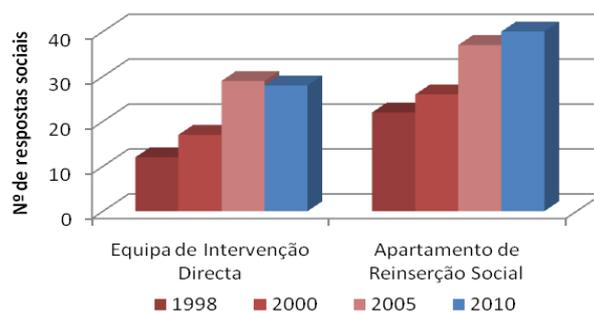


Respostas sociais e capacidades, evolução 1998 – 2010

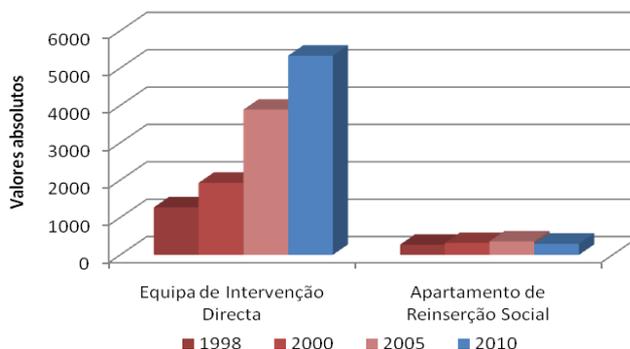
Ao longo do período de análise 1998-2010, o número de respostas dirigidas a esta população regista uma tendência de crescimento, ainda que, em alguns anos se tenham verificado algumas oscilações.

De igual modo, ao nível da capacidade, e apesar de ligeiras flutuações, observa-se em 2010 um acréscimo nomeadamente nas Equipas de Intervenção.

Evolução das respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes Continente 1998 – 2010



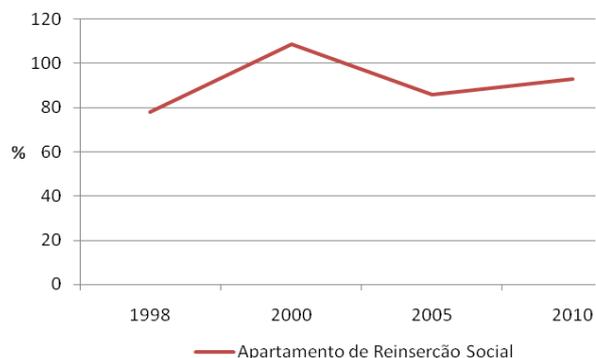
Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes, Continente 1998 – 2010



Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 1998 – 2010

Em linha com a tendência dos últimos anos, a taxa de utilização dos Apartamentos de Reinserção Social apresenta em 2010 um valor acima dos 80 %, apesar das oscilações que revelou ao longo dos anos. Em 2010 o valor fixou-se em 92,9 %, reflectindo o nível de procura deste tipo de resposta.

Evolução da taxa de utilização dos Apartamentos de Reinserção Social, Continente 1998 – 2010



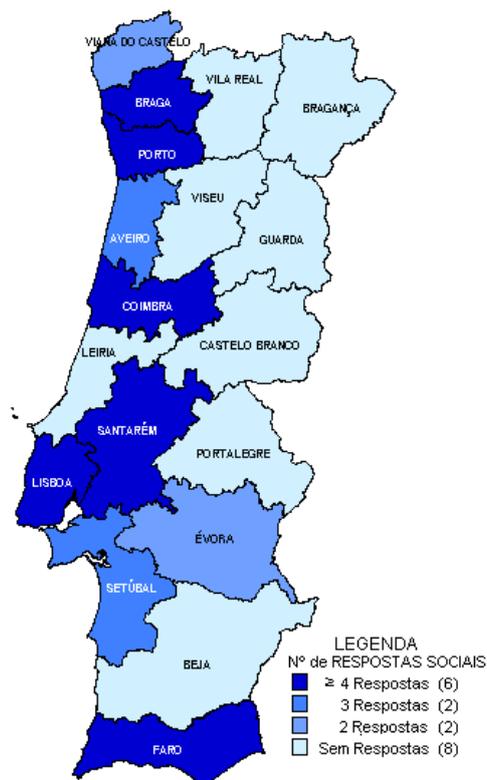
3.6 – Pessoas Infectadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias

Distribuição espacial das respostas sociais por distrito – situação em 2010

As respostas destinadas a Pessoas Infectadas pelo VIH/ SIDA estão distribuídas por 10 distritos do Continente, à semelhança dos anos anteriores. A distribuição destas respostas não apresenta alterações, localizando-se preferencialmente na zona litoral do território.

Distribuição espacial das respostas sociais para as Pessoas Infectadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, por distrito – Ano de 2010

Do total de distritos que detêm valências para este grupo-alvo, 8 têm 3 ou mais valências.

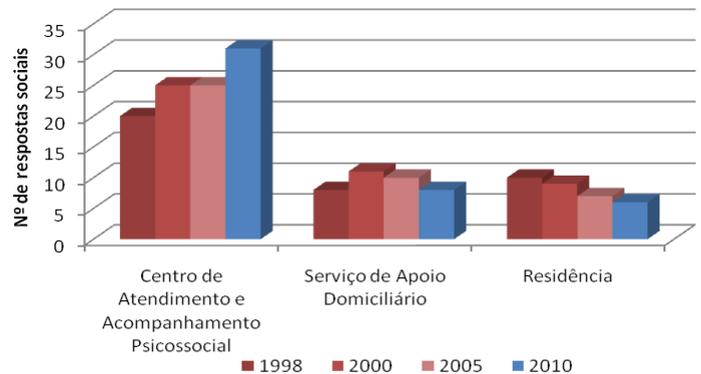


Respostas sociais e capacidades, evolução 1998 – 2010

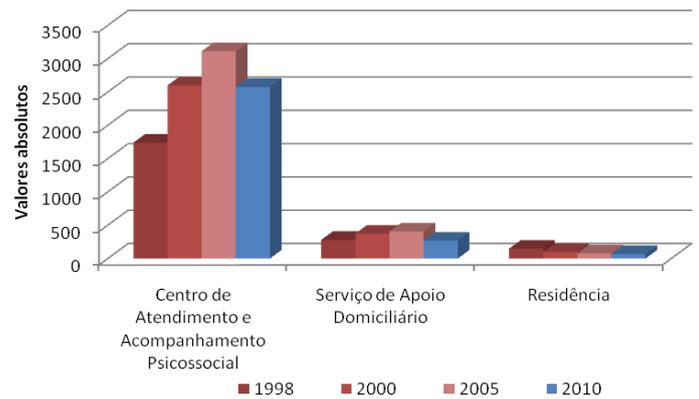
As respostas destinadas a esta população-alvo, com exceção do Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial que mantém um crescimento significativo durante o período 1998-2010 (55 %), registam uma tendência de redução.

De igual modo, a capacidade destas respostas sociais tem manifestado variações, apresentando nos últimos anos alguma estabilização. Por comparação ao ano de 2009, os Centros de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial e o Serviço de Apoio Domiciliário registam contudo, um acréscimo na capacidade instalada de 5,1 % e 20,3 %, respectivamente.

Evolução das respostas sociais para as Pessoas Infectadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, Continente 1998 – 2010



Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas Infectadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, Continente 1998 – 2010

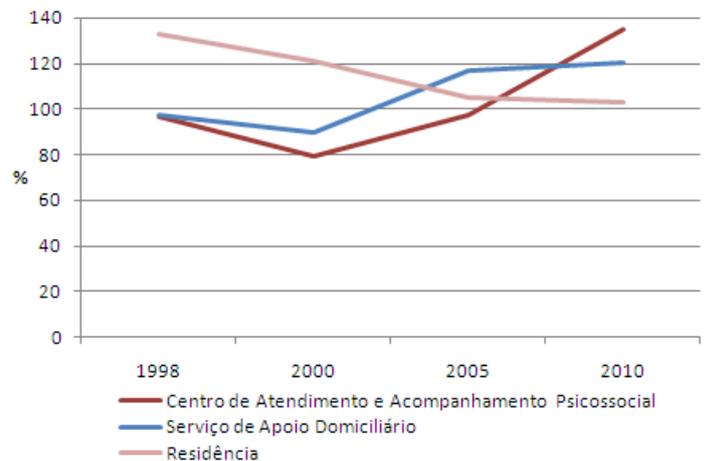


Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 1998 – 2010

Tal como em anos anteriores, as taxas de utilização das respostas sociais para Pessoas Infectadas pelo VIH/ SIDA registam níveis bastante elevados, em particular o Serviço Apoio Domiciliário e o Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial.

No ano de 2010, numa linha de crescimento que se vem observando há alguns anos, as taxas de utilização das

Evolução das taxas de utilização das respostas sociais para as Pessoas Infectadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, Continente 1998 – 2010



respostas Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial e Serviço de Apoio Domiciliário, apresentam valores acima do limite da capacidade estabelecida.

3.7 – Outra População-alvo

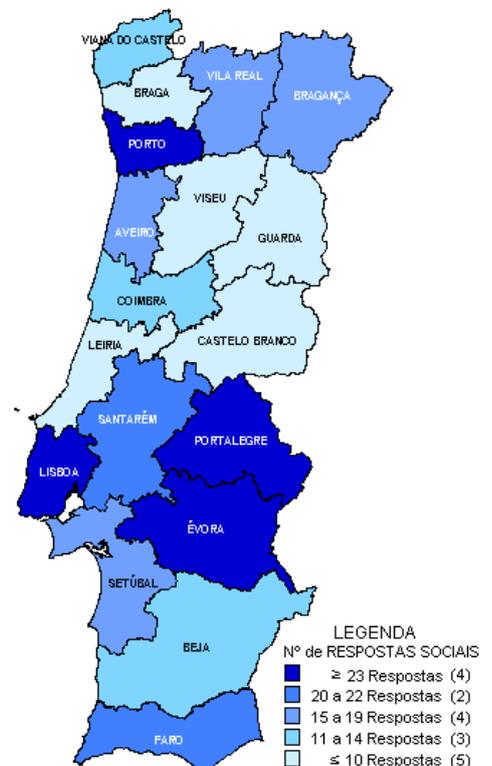
Este capítulo dedica a análise às respostas sociais dirigidas às Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico e às Pessoas em Situação de Dependência.

Distribuição espacial das respostas sociais por distrito – situação em 2010

As respostas sociais destinadas a estas populações-alvo encontram-se disseminadas por todo o território continental, evidenciando-se contudo, em 2010, uma maior concentração nos distritos do Porto, Lisboa, Portalegre e Évora.

É de sublinhar, ainda, o facto de 10 distritos disporem de 15 ou mais respostas.

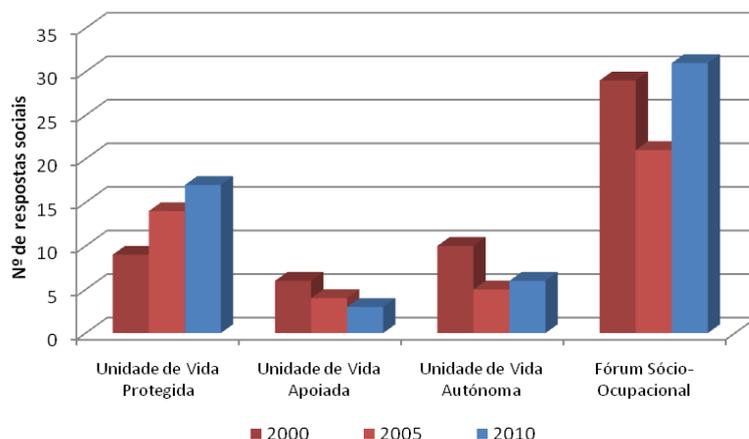
Distribuição espacial das respostas sociais para Outra população-alvo (Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico e Pessoas em Situação de Dependência), por distrito, Ano de 2010



Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico – Respostas sociais e capacidades, evolução 2000 – 2010

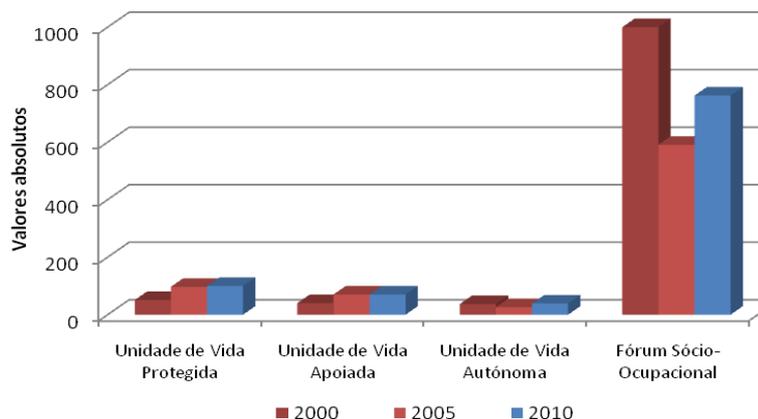
O número de respostas sociais para a área da saúde mental apresenta ao longo do período de análise algumas variações. De destacar, porém, a estabilização existente nos últimos anos, embora esta tendência não esteja reflectida no gráfico devido à configuração quinquenal.

Evolução das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente 2000 – 2010



Relativamente à capacidade instalada, não se verificam grandes alterações no número de lugares das respostas, à excepção do Fórum Sócio-Ocupacional, onde é visível um incremento nos últimos cinco anos.

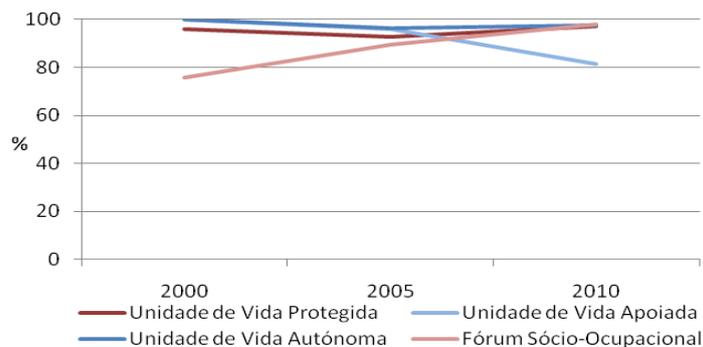
Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente 2000 – 2010



Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 2000 – 2010

A taxa de utilização destas respostas sociais tem registado algumas flutuações, apresentando, na generalidade, valores acima de 80 %. A resposta Unidade de Vida Apoiada (UVA) vem observando um decréscimo no nível da utilização, a qual depois de se apresentar com a capacidade totalmente preenchida em 2000, atingiu em 2010 uma taxa de utilização de 81,4 %.

Evolução das taxas de utilização das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente 2000 – 2010

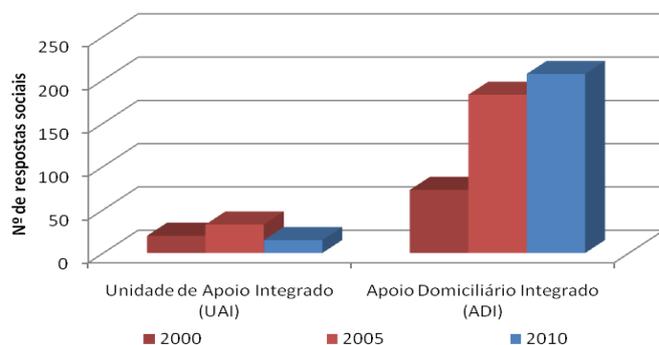


Pessoas em Situação de Dependência – Respostas sociais e capacidades, evolução 2000 – 2010

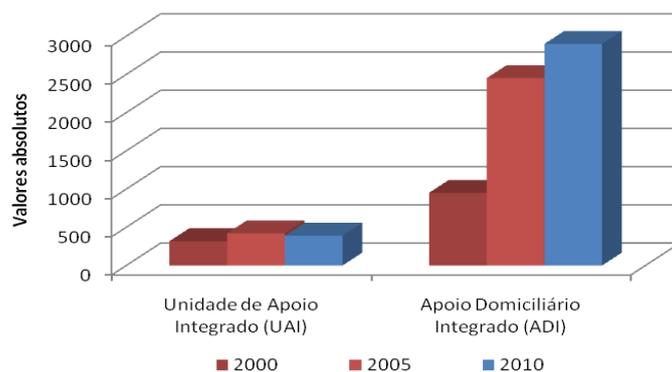
As respostas dirigidas às Pessoas em Situação de Dependência apresentam uma relativa estabilização, depois de um maior incremento do ritmo de crescimento no início do período de análise. As Unidades de Apoio Integrado (UAI) apresentam mesmo, desde 2007, um ligeiro decréscimo, possivelmente em resultado da sua reformulação em unidades da Rede Nacional de Cuidados Continuados.

Atendendo à crescente evolução da população idosa e consequentemente ao número de idosos em situação de dependência, a capacidade instalada das respostas sociais para esta população-alvo tem aumentado de forma a corresponder às necessidades deste grupo. O Apoio Domiciliário Integrado (ADI), neste contexto, registou um crescimento superior a 1 900 lugares no período de análise.

Evolução das respostas sociais para as Pessoas em Situação de Dependência, Continente 2000 – 2010



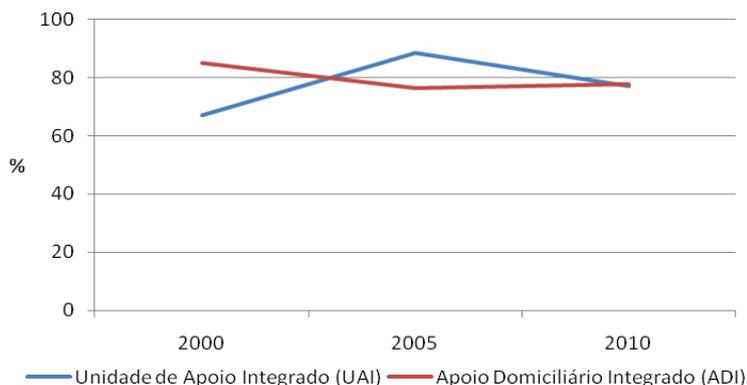
Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas em Situação de Dependência, Continente 2000 – 2010



Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 2000 – 2010

A ocupação das respostas sociais para esta população-alvo tem verificado algumas variações ao longo do período, registando em 2010 valores abaixo dos 80 %, 77,2 % no caso da Unidade de Apoio Integrado (UAI) e 77,9 % no Apoio Domiciliário Integrado (ADI).

Evolução das taxas de utilização das respostas sociais para as Pessoas em Situação de Dependência, Continente 2000 – 2010



4 - Despesas de investimento e de funcionamento em serviços e equipamentos sociais:

O esforço público

4.1 – Investimentos

Total dos Investimentos, evolução 1998 – 2010

O investimento em serviços e equipamentos sociais tem sofrido algumas alterações ao longo do período de análise. A partir de 2002 a despesa com o investimento apresentou uma certa diminuição tendo atingido o seu valor mais baixo no ano de 2005, como se verifica pelo gráfico. Em 2006 foi criado o Programa de

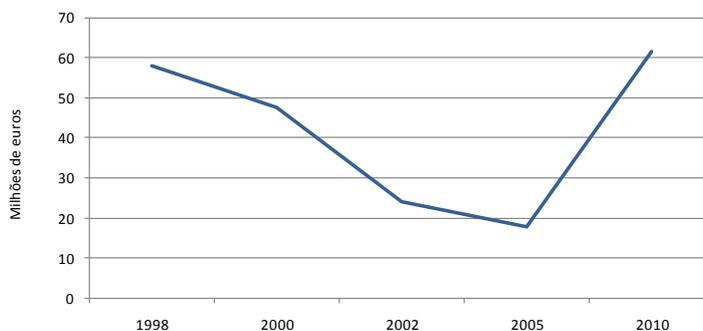
Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES) com o objectivo de aumentar a capacidade instalada em respostas sociais nas áreas da infância e juventude, pessoas com deficiência e população idosa, através de recursos financeiros provenientes dos jogos sociais. Com o desencadear deste Programa, que tem vindo a complementar os investimentos suportados por outras fontes de financiamento, começa-se a notar um crescimento significativo em termos do valor global do investimento neste âmbito, quer para o aumento da capacidade instalada, como também para a melhoria da qualidade das respostas já existentes.

Na análise do investimento por fontes de financiamento, verifica-se que o valor da componente pública nacional tem sido sempre superior ao valor do investimento assegurado pela componente comunitária, e cujos projectos finalizaram em 2009.

Pela leitura do gráfico verifica-se que as verbas executadas no ano de

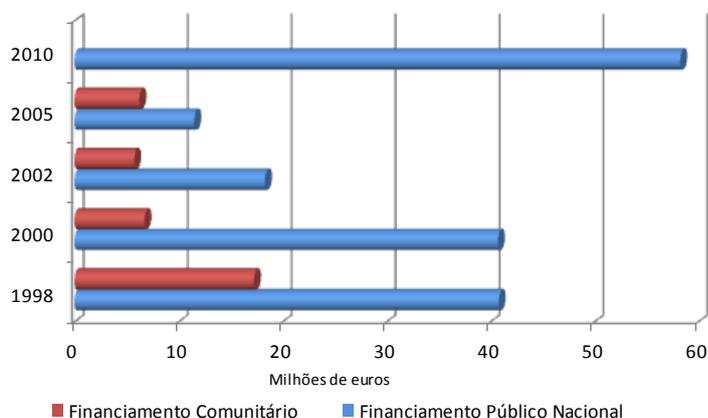
2010 indicam um aumento significativo em relação aos anos anteriores.

Evolução do investimento em serviços e equipamentos sociais (Valores nominais) – Continente 1998 – 2010



Fonte: MSSS - GEP; MSSS - IGFSS, *Conta da Segurança Social (Dados Provisórios)*

Evolução do investimento em serviços e equipamentos sociais, por fontes de financiamento (valores nominais) – Continente 1998 – 2010



4.2 - Despesas de funcionamento

Despesa de funcionamento, evolução 1998 – 2010

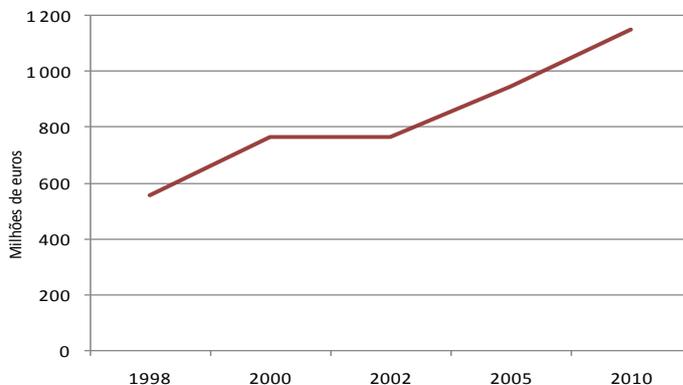
O custo de funcionamento da Rede de Serviços e Equipamentos é sustentado fundamentalmente pelos acordos de cooperação celebrados entre o Estado e as IPSS, pela comparticipação do utente e/ou do familiar e pelas receitas próprias das instituições.

O gráfico representa a evolução da despesa com acordos de cooperação, revelando um aumento acentuado desta despesa, quer pela actualização

sucessiva dos valores de comparticipação da Segurança Social por utente, quer pelo aumento continuado do número de utentes abrangidos pelos acordos de cooperação.

Por comparação a 1998, a despesa em 2010 teve um aumento de 108 %, e em relação ao ano anterior o encargo foi superior em 1,4 %, o que reflecte o esforço orçamental continuado no alargamento a um maior número de utentes da Rede, apesar do valor unitário da comparticipação da Segurança Social em 2010 se ter mantido idêntico ao praticado no ano anterior.

*Evolução da despesa com os acordos de cooperação
Continente 1998 – 2010*

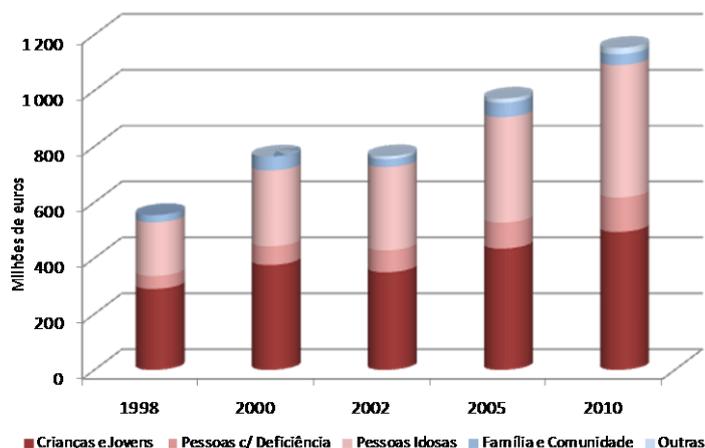


Fonte: MSSS - IGFSS, *Conta da Segurança Social (Dados Provisórios)*

Despesas de funcionamento por população-alvo, evolução 1998 – 2010

A análise do gráfico permite constatar que a despesa com as respostas dirigidas às Crianças e Jovens e às Pessoas Idosas representa o maior encargo financeiro ao longo dos anos.

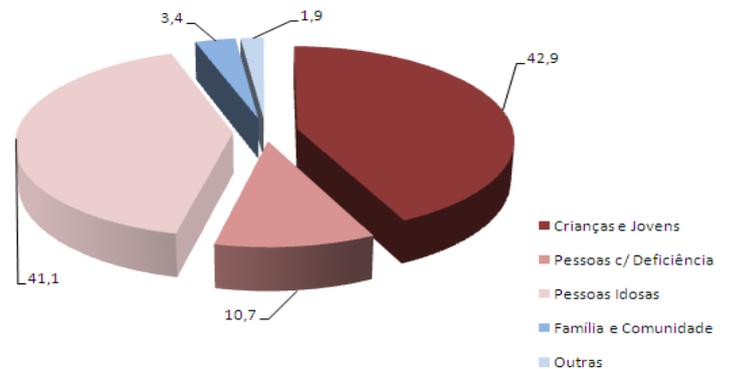
*Evolução da despesa de funcionamento por população-alvo
Continente 1998 – 2010*



Fonte: MSSS - IGFSS, *Conta da Segurança Social (Dados Provisórios)*

Em 2010, os encargos com as respostas destas duas áreas de intervenção representam 42,9 % e 41,1 %, respectivamente, da despesa total. Também as respostas dirigidas às Pessoas com Deficiência têm mostrado um crescimento da despesa nos últimos anos, representando 10,4 % da despesa em 2010.

Distribuição percentual da despesa de funcionamento por população-alvo Continente 2010



Fonte: MSSS - IGSSS, *Conta da Segurança Social (Dados Provisórios)*

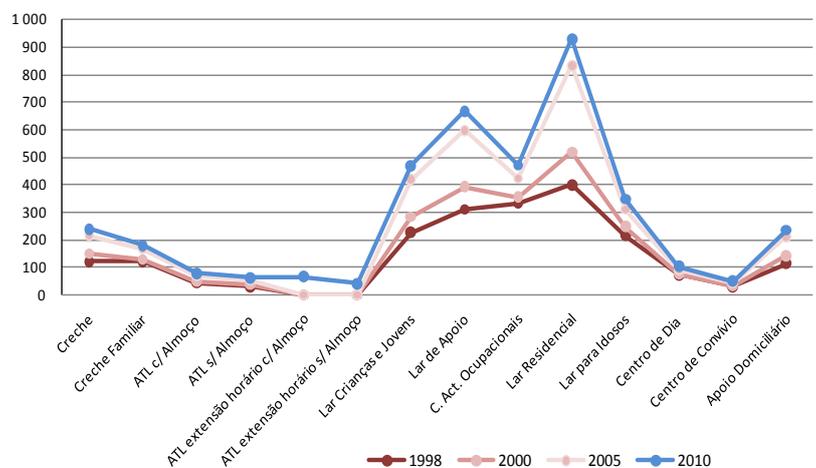
Em “Outras” foram consideradas as despesas com as respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes, Pessoas infectadas com VIH/SIDA, Saúde Mental e Pessoas em situação de Dependência, traduzindo no seu conjunto 1,9 % do peso relativo dos encargos em 2010.

No entanto, o total da despesa com a Rede de Serviços e Equipamentos é superior à representação gráfica, na medida em que não integra a despesa relativa ao funcionamento dos estabelecimentos integrados.

Comparticipação da Segurança Social através dos acordos de cooperação, evolução 1998 – 2010

No ano de 2010, considerando a situação que o País atravessa na actual conjuntura económica e social, foi acordado manter os valores praticados no ano anterior da participação financeira da Segurança Social para os acordos de cooperação, no que se refere às respostas sociais abrangidas pelo Protocolo de Cooperação.

Evolução da participação da Segurança Social através dos acordos de cooperação às instituições, por resposta social e utente – 1998-2010



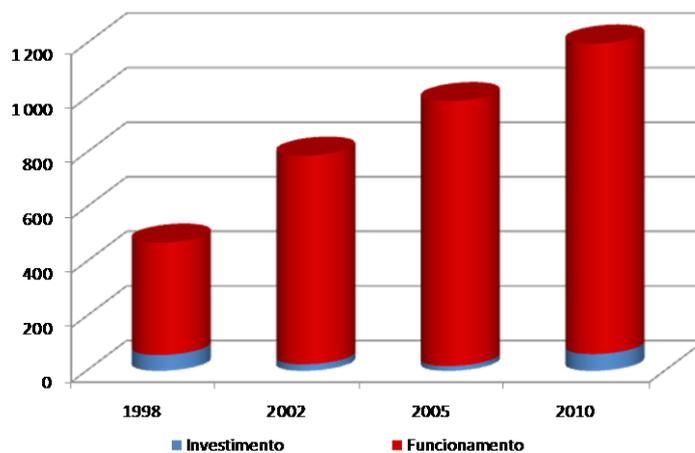
Fonte: Protocolos de Cooperação

4.3 – Despesas com investimento e funcionamento da Rede de Serviços e Equipamentos

A análise das despesas com a Rede de Serviços e Equipamentos, nas componentes de investimento e de funcionamento, consideradas anteriormente, comprova um crescimento continuado ao longo dos anos.

A despesa de funcionamento apresenta um maior peso percentual no conjunto das duas componentes, registando uma tendência de crescimento constante.

*Evolução do financiamento para investimento e funcionamento em serviços e equipamentos sociais
Continente 1998 – 2010*



Fonte: MSSS - GEP; MSSS - IGFSS, *Conta da Segurança Social (Dados Provisórios)*

ANEXOS

NOMENCLATURAS E CONCEITOS

Nomenclaturas e Conceitos

(Despacho de Aprovação do Secretário de Estado da Segurança Social, exarado em 2006/01/19)

INFÂNCIA E JUVENTUDE

Crianças e Jovens

AMA

Resposta social desenvolvida através de um serviço prestado por pessoa idónea que, por conta própria e mediante retribuição, cuida de crianças que não sejam suas parentes ou afins na linha recta ou no 2º grau da linha colateral, por um período de tempo correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais.

CRECHE FAMILIAR

Resposta social desenvolvida através de um serviço prestado por um conjunto de amas (não inferior a 12 nem superior a 20), que residam na mesma zona geográfica e que estejam enquadradas, técnica e financeiramente, pelos Centros Distritais de Segurança Social, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ou Instituições Particulares de Solidariedade Social com actividades no âmbito das 1ª e 2ª infâncias.

CRECHE

Resposta social, desenvolvida em equipamento, de natureza socioeducativa, para acolher crianças até aos três anos de idade, durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto, vocacionada para o apoio à criança e à família.

ESTABELECIMENTO DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Resposta, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe actividades educativas e actividades de apoio à família.

CENTRO DE ACTIVIDADES DE TEMPOS LIVRES – CATL

Resposta social, desenvolvida em equipamento ou serviço, que proporciona actividades de lazer a crianças e jovens a partir dos 6 anos, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares e de trabalho, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/inserção, prática de actividades específicas e multi-actividades, podendo desenvolver, complementarmente, actividades de apoio à família.

Crianças e Jovens com Deficiência

INTERVENÇÃO PRECOCE

Resposta desenvolvida através de um serviço que promove o apoio integrado, centrado na criança e na família mediante acções de natureza preventiva e habilitativa, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da acção social.

LAR DE APOIO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a acolher crianças e jovens com necessidades educativas especiais que necessitem de frequentar estruturas de apoio específico situadas longe do local da sua residência habitual ou que, por comprovadas necessidades familiares, precisem, temporariamente, de resposta substitutiva da família.

TRANSPORTE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Resposta social desenvolvida através de um serviço de natureza colectiva de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência, que assegura o transporte e acompanhamento personalizado.

Crianças e Jovens em Situação de Perigo

CENTRO DE APOIO FAMILIAR E ACONSELHAMENTO PARENTAL

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, vocacionada para o estudo e prevenção de situações de risco social e para o apoio a crianças e jovens em situação de perigo e suas famílias, concretizado na sua comunidade, através de equipas multidisciplinares.

EQUIPA DE RUA DE APOIO A CRIANÇAS E JOVENS

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, destinada ao apoio a crianças e jovens em situação de perigo, desinseridas a nível sócio-familiar e que subsistem pela via de comportamentos desviantes.

ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA CRIANÇAS E JOVENS

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, que consiste na atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma família ou a uma pessoa singular, habilitadas para o efeito, tecnicamente enquadradas, decorrente da aplicação da medida de promoção e protecção, visando a sua integração em meio familiar.

CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento urgente e temporário de crianças e jovens em perigo, de duração inferior a seis meses, com base na aplicação de medida de promoção e protecção.

LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo, de duração superior a 6 meses, com base na aplicação de medida de promoção e protecção.

APARTAMENTO DE AUTONOMIZAÇÃO

Resposta social, desenvolvida em equipamento - apartamento inserido na comunidade local - destinada a apoiar a transição para a vida adulta de jovens que possuem competências pessoais específicas, através da dinamização de serviços que articulem e potenciem recursos existentes nos espaços territoriais.

POPULAÇÃO ADULTA

Pessoas Idosas

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as actividades da vida diária.

CENTRO DE CONVÍVIO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, de apoio a actividades sócio-recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação activa das pessoas idosas de uma comunidade.

CENTRO DE DIA

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sócio-familiar.

CENTRO DE NOITE

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que tem por finalidade o acolhimento nocturno, prioritariamente para pessoas idosas com autonomia que, por vivenciarem situações de solidão, isolamento ou insegurança necessitam de suporte de acompanhamento durante a noite.

ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA PESSOAS IDOSAS

Resposta social que consiste em integrar, temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idóneas, pessoas idosas quando, por ausência ou falta de condições de familiares e/ou inexistência ou insuficiência de respostas sociais, não possam permanecer no seu domicílio.

RESIDÊNCIA

Resposta social, desenvolvida em equipamento, constituída por um conjunto de apartamentos com espaços e/ou serviços de utilização comum, para pessoas idosas, ou outras, com autonomia total ou parcial.

LAR DE IDOSOS

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao alojamento colectivo, de utilização temporária ou permanente, para pessoas idosas ou outras em situação de maior risco de perda de independência e/ou de autonomia.

Pessoas Adultas com Deficiência

CENTRO DE ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO E ANIMAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Resposta social, desenvolvida em equipamento, organizada em espaço polivalente, destinado a informar, orientar e apoiar as pessoas com deficiência, promovendo o desenvolvimento das competências necessárias à resolução dos seus próprios problemas, bem como actividades de animação sociocultural.

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as actividades da vida diária.

CENTRO DE ACTIVIDADES OCUPACIONAIS – CAO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a desenvolver actividades para jovens e adultos com deficiência grave.

ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA PESSOAS ADULTAS COM DEFICIÊNCIA

Resposta social, que consiste em integrar, temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idóneas, pessoas com deficiência, a partir da idade adulta.

LAR RESIDENCIAL

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojar jovens e adultos com deficiência, que se encontrem impedidos temporária ou definitivamente de residir no seu meio familiar.

TRANSPORTE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, de natureza colectiva de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência, que assegura o transporte e acompanhamento personalizado.

Pessoas em Situação de Dependência

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as actividades da vida diária.

APOIO DOMICILIÁRIO INTEGRADO – ADI

Resposta que se concretiza através de um conjunto de acções e cuidados pluridisciplinares, flexíveis, abrangentes, acessíveis e articulados, de apoio social e de saúde, a prestar no domicílio, durante vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana.

UNIDADE DE APOIO INTEGRADO – UAI

Resposta, desenvolvida em equipamento, que visa prestar cuidados temporários, globais e integrados, a pessoas que, por motivo de dependência, não podem, manter-se apoiadas no seu domicílio, mas que não carecem de cuidados clínicos em internamento hospitalar.

Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico

FORUM SÓCIO-OCUPACIONAL

Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas com desvantagem, transitória ou permanente, de origem psíquica, visando a sua reinserção sócio-familiar e ou profissional ou a sua eventual integração em programas de formação ou de emprego protegido.

UNIDADE DE VIDA PROTEGIDA

Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave e de evolução crónica clinicamente estável e que necessitam de treino de autonomia.

UNIDADE DE VIDA AUTÓNOMA

Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave estabilizada e de evolução crónica, mas com capacidade autonómica, permitindo a sua integração em programas de formação profissional ou em emprego normal ou protegido e sem alternativa residencial satisfatória.

UNIDADE DE VIDA APOIADA

Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas adultas que, por limitação mental crónica e factores sociais graves, alcançaram um grau de desvantagem que não lhes permite organizar, sem apoio, as actividades de vida diária, mas que não necessitam de intervenção médica frequente.

Pessoas Sem-Abrigo

EQUIPA DE RUA PARA PESSOAS SEM-ABRIGO

Resposta social, desenvolvida através de um serviço prestado por equipa multidisciplinar, que estabelece uma abordagem com os sem-abrigo, visando melhorar as suas condições de vida.

ATELIER OCUPACIONAL

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao apoio à população adulta, sem abrigo, com vista à reabilitação das suas capacidades e competências sociais, através do desenvolvimento de actividades integradas em programas “estruturados” que implicam uma participação assídua do indivíduo, ou “flexíveis” onde a assiduidade depende da sua disponibilidade e motivação.

FAMÍLIA E COMUNIDADE

Família e Comunidade em Geral

ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO SOCIAL

Resposta social, desenvolvida através de um serviço de primeira linha, que visa apoiar as pessoas e as famílias na prevenção e/ou reparação de problemas geradores ou gerados por situações de exclusão social e, em certos casos, actuar em situações de emergência.

GRUPO DE AUTO-AJUDA

Resposta social, desenvolvida através de pequenos grupos para inter-ajuda, organizados e integrados por pessoas que passam ou passaram pela mesma situação/problema, visando encontrar soluções pela partilha de experiências e troca de informação.

CENTRO COMUNITÁRIO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, onde se prestam serviços e desenvolvem actividades que, de uma forma articulada, tendem a constituir um pólo de animação com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projecto de desenvolvimento local, colectivamente assumido.

CENTRO DE FÉRIAS E DE LAZER

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada à satisfação de necessidades de lazer e de quebra da rotina, essencial ao equilíbrio físico, psicológico e social dos seus utilizadores.

REFEITÓRIO/CANTINA SOCIAL

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao fornecimento de refeições, em especial a indivíduos economicamente desfavorecidos, podendo integrar outras actividades, nomeadamente de higiene pessoal e tratamento de roupas.

CENTRO DE APOIO À VIDA

Resposta social, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o apoio e acompanhamento a mulheres grávidas ou puérperas com filhos recém nascidos, que se encontram em risco emocional ou social.

COMUNIDADE DE INSERÇÃO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, com ou sem alojamento, que compreende um conjunto de acções integradas com vista à inserção social de diversos grupos alvo que, por determinados factores, se encontram em situação de exclusão ou de marginalização social.

CENTRO DE ALOJAMENTO TEMPORÁRIO – CAT

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que visa o acolhimento, por um período de tempo limitado, de pessoas adultas em situação de carência, tendo em vista o encaminhamento para a resposta social mais adequada.

AJUDA ALIMENTAR

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, que proporciona a distribuição de géneros alimentícios, através de associações ou entidades sem fins lucrativos, contribuindo para a resolução de situações de carência alimentar de pessoas e famílias.

Pessoas com VIH/Sida e Suas Famílias

CENTRO DE ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL – CAAP

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, dirigida a pessoas infectadas e/ou doentes de VIH, vocacionada para o atendimento, acompanhamento e ocupação em regime diurno.

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as actividades da vida diária.

RESIDÊNCIA PARA PESSOAS INFECTADAS PELO VIH/SIDA

Resposta social, desenvolvida em equipamento, vocacionada para alojar pessoas infectadas e/ou doentes de HIV, em ruptura familiar e desfavorecimento socioeconómico.

Pessoas Toxicodependentes

EQUIPA DE INTERVENÇÃO DIRECTA

Resposta social desenvolvida através de um serviço constituído por unidades de intervenção junto da população toxicodependente e suas famílias e junto de comunidades afectadas por este fenómeno.

APARTAMENTO DE REINSERÇÃO SOCIAL

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste em acolher, temporariamente, pessoas toxicodependentes, que após a saída de unidades de tratamento, de estabelecimentos prisionais, de centros tutelares ou de outros estabelecimentos da área da justiça, se confrontem com problemas de reinserção social, familiar, escolar ou profissional.

Pessoas Vítimas de Violência Doméstica

CENTRO DE ATENDIMENTO

Resposta, desenvolvida através de um serviço constituído por uma ou mais equipas técnica e pluridisciplinares, que assegura o atendimento, apoio e reencaminhamento das mulheres vítimas de violência, tendo em vista a protecção destas.

CASA DE ABRIGO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste no acolhimento temporário a mulheres vítimas de violência, acompanhadas ou não de filhos menores, que não possam, por questões de segurança, permanecer nas suas residências habituais.

GRUPO FECHADO DE RESPOSTAS PONTUAIS

APOIO DOMICILIÁRIO PARA GUARDA DE CRIANÇAS

Serviço prestado por pessoas enquadradas por uma instituição que, por conta própria, mediante pagamento pecuniário, se deslocam ao domicílio para prestação de cuidados individuais a crianças, durante um determinado período de tempo, fora dos horários dos equipamentos tradicionais e de acordo com as necessidades da família.

APOIO EM REGIME AMBULATÓRIO

Resposta social, desenvolvida através de um serviço/equipamento, destinada ao apoio de pessoas com deficiência, a partir dos 7 anos, suas famílias e técnicos da comunidade, que desenvolve actividades de avaliação orientação e intervenção terapêutica e socioeducativa promovidas por equipas transdisciplinares.

IMPrensa BRAILLE

Serviço de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência visual, que se destina a produzir, adaptar e editar a produzir, adaptar e editar livros em Braille, de suporte ao processo de ensino/aprendizagem, assim como às actividades de natureza cultural e recreativa.

ESCOLA DE CÃES-GUIA

Equipamento onde se desenvolvem actividades de formação, educação e treino de cães-guia para apoio à pessoa cega.